

**JOSÉ FRANCISCO FREITAS NETO**

**RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO DIPLOMÁTICA  
ENTRE PORTUGAL E ÁFRICA: CASO ANGOLA  
DOMÍNIO COMERCIAL 2010-2018**

**Orientador: Professor Doutor Sérgio Viera da Silva**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de  
Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2019**

**JOSÉ FRANCISCO FREITAS NETO**

**RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO DIPLOMÁTICA  
ENTRE PORTUGAL E ÁFRICA: CASO ANGOLA  
DOMÍNIO COMERCIAL 2010-2018**

Dissertação Defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Diplomacia e Relações Internacionais no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. No dia 25 de julho de 2019, com o Despacho Reitoral nº 185/2019 com a seguinte composição de Júri:

Presidente do Júri: Prof. Doutor João de Almeida Santos

Arguente: Prof. Doutor. João Casqueira Cardoso

Orientador: Prof. Doutor. Sérgio Vieira da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Faculdade de  
Ciências Sociais, Educação e Administração**

**Lisboa**

**2019**

---

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por iluminar meus caminhos, concedendo-me força e energia para concluir este trabalho. Ao meu caríssimo orientador, Prof. Doutor Teotônio de Souza, pela transmissão dos seus conhecimentos no decorrer do desenvolvimento deste trabalho. Um eterno agradecimento à minha família, em especial meus pais esposa pela compreensão e ajuda recebida durante minha formação acadêmica.

---

## RESUMO

As relações diplomáticas e de cooperação entre Portugal e Angola desenvolvem-se tendo como base um amplo contexto histórico, cultural, político, económico e comercial. O papel do Estado neste tipo de relações é inquestionável, sendo, sem duvida, o principal ator para um desenvolvimento salutar das mesmas. No entanto, e devido à globalização e à liberalização dos mercados, é cada vez mais relevante a participação de outros atores estatais, nomeadamente entidades de natureza privada e não estatal, com grande relevância na sociedade civil.

Assim, esta investigação pretende analisar e descrever as relações de cooperação diplomática entre Portugal e Angola, nomeadamente no âmbito comercial, entre os anos de 2010-2018. Procurar-se-á dar resposta a quais são os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma cooperação no âmbito diplomático entre os dois países, caracterizando assim a história de ambos, as suas políticas económicas, e os acordos bilaterais realizados entre os dois países neste período em particular, uma vez que este foi marcado por um rápido crescimento económico por parte de Angola, e por uma grave crise e posterior recuperação de Portugal.

As relações diplomáticas, especialmente a diplomacia económica, contribuiu para o desenvolvimento e fortalecimento das relações comerciais entre Portugal e Angola. Se durante as primeiras décadas, Angola representou um destino privilegiado para todos os portugueses que fugiam da crise financeira, hoje em dia Portugal encontra-se numa melhor posição, estando Angola à mercê da queda dos preços do petróleo. No entanto, e mesmo em situações mais difíceis, a cooperação entre os dois países é uma realidade do passado, presente e, certamente, será uma aposta para o futuro.

**Palavras-chave:** Portugal, Angola, Diplomacia, Relações bilaterais, Política económica e comercial.

---

## ABSTRACT

Diplomatic and cooperation relations between Portugal and Angola are developed based on a broad historical, cultural, political, economic and commercial context. The role of the State in this type of relationship is unquestionable and, without a doubt, the main actor for a salutary development of the same. However, due to globalization and the liberalization of markets, the participation of other state-owned entities, particularly private and non-state entities, is of great relevance to civil society.

Thus, this research intends to analyse and describe the relations of diplomatic cooperation between Portugal and Angola, particularly in the commercial sphere, between the years 2010-2018. It will seek to answer the main factors that contribute to the development of diplomatic cooperation between the two countries, thus characterizing the history of both, their economic policies, and the bilateral agreements between the two countries, in this particular period, as this was marked by rapid economic growth by Angola and by a serious crisis and subsequent recovery of Portugal.

Diplomatic relations, especially economic diplomacy, contribute to the development and strengthening of trade relations between Portugal and Angola. If during the first decades, Angola represented a privileged destination for all the Portuguese who fled the financial crisis Portugal is now in a better position, with Angola at the mercy of falling oil prices. However, and even in more difficult situations, cooperation between the two countries is a reality of the past, present and certainly will be a bet for the future.

**Keywords:** Portugal, Angola, Diplomacy, Bilateral relations, Economic and commercial policy.

---

## ÍNDICE

|                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----|
| AGRADECIMENTOS .....                                                          | i   |
| RESUMO.....                                                                   | ii  |
| ABSTRACT .....                                                                | iii |
| ÍNDICE.....                                                                   | iv  |
| ÍNDICE DE FIGURAS .....                                                       | vii |
| ÍNDICE DE TABELAS .....                                                       | vii |
| INTRODUÇÃO.....                                                               | 8   |
| I - ABORDAGEM TEÓRICA CONCETUAL .....                                         | 11  |
| 1. As Relações Internacionais .....                                           | 11  |
| 1.1. Importância das Relações Internacionais .....                            | 11  |
| 2. A Cooperação .....                                                         | 11  |
| 2.1. Definição de Cooperação.....                                             | 11  |
| 2.2. Cooperação Internacional.....                                            | 13  |
| 2.3. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....                     | 15  |
| 3. A Teoria da Interdependência Complexa nas Relações<br>Internacionais ..... | 20  |
| 3.1. A Interdependência .....                                                 | 20  |
| 3.2. Teoria da Interdependência Complexa .....                                | 21  |

iv

---

|                                                                       |    |
|-----------------------------------------------------------------------|----|
| 3.3. Relações Bilaterais de Interdependência .....                    | 24 |
| 4. Diplomacia .....                                                   | 25 |
| 4.1. Definição de Diplomacia .....                                    | 25 |
| 4.2. Diplomacia Económica .....                                       | 29 |
| II – METODOLOGIA .....                                                | 32 |
| III– ABORDAGEM HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO ANGOLA-<br>PORTUGAL .....      | 35 |
| 1. Caracterização dos Países em Estudo .....                          | 35 |
| 1.1. Breve descrição de Angola.....                                   | 35 |
| 1.2. Breve descrição de Portugal .....                                | 37 |
| 2. Os Primórdios da Relação .....                                     | 39 |
| 2.1. A Expansão Marítima Portuguesa.....                              | 39 |
| 2.2. Colonização de Angola .....                                      | 42 |
| 3. Cooperação bilateral Portugal-Angola .....                         | 45 |
| 3.1. Os Acordos de Cooperação Bilateral entre Portugal e Angola ..... | 45 |
| 3.2. Fundamentos da Cooperação Bilateral Portugal-Angola.....         | 46 |
| 3.3. Acordos Principais Celebrados .....                              | 48 |
| 3.3.1. Acordo Geral de Cooperação .....                               | 48 |
| 3.3.2. Acordo de Cooperação Económica .....                           | 49 |
| 3.3.3. Acordo Comercial .....                                         | 48 |

---

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| 3.4. A Política Económica Portuguesa .....                                      | 52 |
| 3.5. A Política Económica Angolana.....                                         | 56 |
| 3.6. As Relações Comerciais de Angola com Portugal – Dados<br>Estatísticos..... | 61 |
| 3.7. Relações Diplomáticas Atuais Portugal - Angola.....                        | 66 |
| CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                         | 69 |
| BIBLIOGRAFIA .....                                                              | 71 |



---

## ÍNDICE DE FIGURAS

|                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1:</b> Mapa de Angola (fonte: turismo de África) .....   | 35 |
| <b>Figura 2:</b> Mapa de Portugal .....                            | 38 |
| <b>Figura 3:</b> Modo de Atuação do Banco Nacional de Angola ..... | 58 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1:</b> Fases evolutivas da Diplomacia Económica .....           | 29 |
| <b>Tabela 2:</b> Quota de Angola no Comércio Internacional Português..... | 62 |
| <b>Tabela 3:</b> Exportações de Portugal para Angola .....                | 63 |
| <b>Tabela 4:</b> Importações de Portugal provenientes de Angola.....      | 64 |

---

## INTRODUÇÃO

Num mundo altamente globalizado, onde as fronteiras se diluem e as distancias se encurtam, as relações entre Estados adquirem um importância cada vez maior no que toca ao desenvolvimento de relações comerciais e na potenciação de novos negócios. A cooperação entre Estados, seja multilateralmente, seja bilateralmente é uma realidade cada vez mais influenciada pelos objetivos da economia internacional, sendo que na cooperação o objetivo final é que os países envolvidos obtenham importantes vantagens.

Devido à língua comum e também um passado histórico e a raízes culturais, não é de admirar a existência de diversos acordos de cooperação bilateral entre Portugal e Angola nas mais diversas áreas, desde a educação, passando pela saúde, tecnologia, comércio, agricultura, entre outros.

Sendo uma economia periférica da zona Euro e estando a recuperar da crise económico-financeira de 2008, Portugal depende da evolução dos mercados internacionais, sendo por isso do seu interesse o reforço das relações com os países com a língua portuguesa como língua oficial, quer ao nível económico quer ao nível político. É neste sentido que aparece Angola como uma das prioridades de Portugal. Sem sombra de dúvida que a proximidade cultural e linguística são os principais fatores facilitadores para a cooperação entre estes dois países.

Angola apresenta várias características que fazem deste país um destino atrativo e estratégico para o desenvolvimento de negócios. Devido à riqueza e diversidade no que toca aos seus recursos naturais, sendo mesmo o segundo maior produtor de petróleo da África Subsariana e o quarto produtor de diamantes, Angola adquire uma grande importância estratégica para Portugal. Na verdade, nos últimos anos a economia angolana tem apresentado grandes taxas

---

de crescimento, devido, especialmente, a um clima de paz e ao bom desempenho dos setores petrolíferos e não petrolíferos.

Angola representa já o quinto principal mercado para onde Portugal exporta, sendo mesmo o principal fora da União Europeia, sendo por isso prioritário para o governo e para as empresas portuguesas, proporcionando assim condições para a que a cooperação bilateral entre os dois Estados tenha uma influência positiva no crescimento de ambas as economias.

A diplomacia, mais precisamente, a cooperação diplomática entre os dois países, aparece aqui como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de uma relação salutar entre Portugal e Angola. A cooperação deve ser entendida, então como um investimento e não como uma despesa, que tem como objetivo final o desenvolvimento e as vantagens mútuas e que não seja encarada como a ajuda de um país a outro. A diplomacia vai gerir as relações internacionais, recorrendo a várias estratégias, como por exemplo a negociação, tendo sempre os interesses das partes envolvidas, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma cooperação bilateral entre Estados forte e vantajosa no âmbito comercial como noutras áreas.

Neste contexto, propõe-se estudar a influencia da cooperação diplomática no desenvolvimento da cooperação comercial entre Portugal e Angola, entre o período de 2010 e 2018, uma altura em que a economia de Angola florescia, enquanto que a portuguesa se encontrava em recuperação de uma grave crise económica.

Para tal recorreu-se a uma metodologia qualitativa de investigação, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, recorrendo a uma abordagem de acordo com o método hipotético-dedutivo, abrangendo a consulta de monografias, livros, artigos científicos, revistas e consultas na internet.

---

O presente trabalho está estruturado em três partes. A primeira parte diz respeito à abordagem teórica conceitual. Aqui vão ser apresentados os principais conceitos relacionados com o tema de investigação, nomeadamente, as relações internacionais e a sua importância, a cooperação internacional, a diplomacia entre outros.

A segunda parte diz respeito à metodologia utilizada, apresentando e justificando as diferentes escolhas metodológicas para a realização do presente trabalho.

A terceira parte será uma abordagem histórica sobre a cooperação entre Portugal e Angola, onde será feita uma breve descrição dos dois países em estudo, assim como um breve contexto histórico, onde serão apresentados os primórdios desta relação.

Por fim, temos a conclusão e as considerações finais.

---

## **I - ABORDAGEM TEÓRICA CONCETUAL**

### **1. As Relações Internacionais**

#### **1.1. Importância das Relações Internacionais**

O estudo das Relações Internacionais apresenta uma grande importância uma vez que a população mundial se encontra dividida em comunidades políticas territoriais distintas, ou seja, Estados independentes, com as suas próprias culturas e políticas, que influenciam profundamente o modo de vida dos seus cidadãos. Atualmente existem cerca de 200 Estados independentes, sendo que a maioria das pessoas, não apenas vive num determinado país, mas também é cidadão de pelo menos um desses países, existindo mesmo casos de dupla nacionalidade (Jackson & Sorensen, 2012).

Apesar dos Estados serem soberanos, ou seja, terem, independência relativamente aos outros Estados isso não significa que se encontram isolados. Os Estados influenciam-se e unem-se, em exercícios de cooperação de modo a coexistir da melhor maneira uns com os outros. Pode-se dizer que os sistemas estatais, são sistemas marcados pelas relações sociais, relações com os outros grupos de seres humanos, sendo por isso que as relações internacionais podem trazer vantagens para os seus participantes (Jackson & Sorensen, 2012).

### **2. A Cooperação**

#### **2.1. Definição de Cooperação**

Antes de avançar no presente trabalho é de extrema importância definir o conceito de cooperação. Etimologicamente, a palavra cooperação deriva do verbo latino “cooperare”, que junta o prefixo “co” a “operare” (trabalhar), significando

---

trabalhar com ou trabalhar para um fim comum, podendo-se, desde já, fazer uma aproximação ao conceito, avançando que a finalidade da «cooperação» é a prossecução de objetivos comuns através de ações conjuntas (Sousa & Costa, 2016). Há que diferenciar cooperação de «ajuda», uma vez que nesta última há sempre alguém que se encontra necessitado, podendo-se por em questão também o interesse do dador nesse processo de ajuda.

Biologicamente, o termo cooperação é muito utilizado no que toca ao estudo das diversas formas de relação que os organismos estabelecem entre si. Na cooperação todos os intervenientes saem beneficiados sem que haja uma exigência de obrigatoriedade entre estes (Sousa & Costa, 2016).

Singer (2009) refere que a cooperação também se pode situar no plano da Moral, uma vez que esta justifica-se como sendo um pequeno esforço realizado em termos individuais ou coletivos, nomeadamente no que toca aos governos, desde que o esforço conjunto seja de valor moral idêntico ou inferior ao mal que se pretende evitar.

A cooperação é um conceito muito utilizado em política, pressupondo a existência de uma determinada visão do mundo em que se deve fazer o que é bom para todos e para que todos estejam bem e que o mundo, mesmo que seja o mundo económico, não é u mundo de soma nula, ou seja, sem vantagens para todos. No entanto, Sousa & Costa (2016) consideram que esta não é uma visão altruísta como aparentemente parece ser, uma vez que, consideram que a cooperação começa sempre num ato de egoísmo social que na prática significa estimular o desenvolvimento dos outros para aumentar o desenvolvimento próprio. No entanto este é um processo que é reconhecido e aceite pelas partes envolvidas uma vez que interessa a ambas, sendo esta provavelmente a grande diferença entre cooperação e ajuda.

Aparece aqui também o conceito de cooperação para o desenvolvimento que implica a existência de esforços comuns para que sejam ultrapassados os

---

problemas existentes, devendo estes esforços ser objetivos, realistas e sustentáveis (Moreira, 2005). Sousa & Costa (2016) consideram que esta é uma das principais características que distingue a cooperação da ajuda, visto que ajuda é geralmente imediata e bem definida, sendo resposta a alguns acontecimentos catastróficos humanos ou naturais enquanto que a cooperação pretende modificar as práticas existentes, desadequadas e obsoletas, prolongando assim os bons resultados no tempo.

De acordo com Mesquita (2005), quando se fala em cooperação, pode-se estar a falar em cooperação de diversas naturezas, nomeadamente, sustentabilidade, comércio, segurança, desenvolvimento, qualidade de vida, transferência de tecnologias, migrações, línguas e culturas, industrialização, adaptabilidade, políticas públicas, teorias sociais entre outros, tendo como objetivo principal a luta contra as desigualdades, a promoção dos direitos humanos, da boa governação e de um crescimento inclusivo e sustentável.

## **2.2. Cooperação Internacional**

Hoje em dia vive-se numa sociedade verdadeiramente globalizada devido à disseminação da industrialização e da modernidade a dezenas de países, fazendo como que uma das dimensões mais marcantes nas relações internacionais desde a II Guerra Mundial seja a cooperação internacional, como uma das principais práticas dos governos dos Estados (Sato, 2010).

Quer sejam nações ricas e poderosas ou nações pobres com pouca expressão internacional, os seus governos passaram a integrar uma complexa rede de instituições vocacionadas para a prática do que, de forma genérica se denomina como cooperação internacional (Sato, 2010).

Hoje em dia ouve-se falar em cooperação internacional nas mais variadas áreas, desde as finanças, passando pelo comércio e também pelas questões de

---

segurança, meio-ambiente, educação e saúde. A cooperação internacional apresenta um sentido muito mais amplo que o sentido de ajuda, traduzindo-se no desenvolvimento de padrões comuns e na formulação de programas que levam em consideração vantagens, mas também as ameaças e problemas que podem, potencialmente, se espalhar por mais do que um país, e até mesmo por toda a comunidade internacional, o que faz com que os governos e as instituições não decidam nem tenham determinadas iniciativas de modo isolado (Milani & Loureiro, 2016).

Não se deve considerar que o conceito de cooperação é o antónimo de conflito, não sendo estes designativos de condições opostas e que se excluem mutuamente. Pelo contrário, há que considerar que para haver cooperação podem existir pontos de conflito, potenciais ou reais, mas que as partes envolvidas estão dispostas a ouvir os argumentos em relação aos interesses dos outros e de forma a encontrar soluções por via de negociação satisfatória para todas as partes (Sato, 2010).

Pode-se afirmar que foi graças a cooperação internacional que foi possível a construção de um mundo globalizado, onde a partilha de conhecimento, informação é uma realidade, onde as movimentações entre diferentes países foram extremamente facilitadas, onde os padrões de emprego se difundiram e se generalizaram. A cooperação internacional é, portanto, um importante instrumento de disseminação de padrões de conduta e procedimentos técnicos pelas diferentes sociedades espalhadas pelo globo, sendo um importante componente da política externa dos Estados (Halliday, 2007).

Apesar de continuarem a existir as particularidades culturais características de cada sociedade e de estas continuarem a ser valorizadas, dificilmente certos benefícios e vantagens relativamente ao desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar dos povos seriam adquiridos sem que se verificasse a conciliação dos padrões domésticos com o contexto internacional, como é o caso da disponibilidade de bons serviços de saúde, o acesso à educação,



---

conhecimento e informação e o acesso a uma alimentação e habitação de qualidade. Mesmo relativamente à segurança, a cooperação internacional assume papel de extrema importância, especialmente no que toca à construção de sistemas de vigilância e rastreamento e na formação de especialistas nos diversos ramos das forças armadas e nas organizações de defesa da proteção dos indivíduos e das diferentes comunidades (Sato, 2010).

A cooperação internacional é, por isso, uma dimensão crucial dos dias de hoje, uma vez que é vista como um importante canal em que uma nação se mantém ligada com os padrões económicos e sociais predominantes e vigentes no mundo assim como as principais inovações no que toca à ciência, à tecnologia e à comunicação.

### **2.3. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**

Um dos caminhos mais importantes para o igual desenvolvimento dos países do mundo e também para a melhoria da qualidade de vida da população de muitos países em vias de desenvolvimento é a cooperação internacional para o desenvolvimento. Como já foi referido anteriormente, foi após a II Guerra Mundial que se começou a desenvolver a cooperação entre as nações, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da situação económica e social dos países, considerando-se assim a cooperação internacional como uma importante parte da agenda internacional (Manccini, 2016).

Sánchez (2002) define cooperação internacional para o desenvolvimento como sendo um conjunto de ações direcionadas e realizadas por instituições públicas ou privadas dos mais variados países que procuram, de forma conjunta, promover o progresso mais justos, equitativo e equilibrando tendo como principal objetivo o planeta mais seguro e pacífico para todos os seres humanos.

---

De um modo geral quando se fala em cooperação para o desenvolvimento a primeira ideia que vem a cabeça das pessoas é aquela que associa este conceito à simples doação de dinheiro de um país mais rico para outro mais pobre. Isso seria correto se estivéssemos perante um caso de ajuda internacional, mas, no entanto, a cooperação possui um sentido muito mais amplo, sendo a doação de dinheiro apenas uma das vertentes da cooperação internacional para o desenvolvimento, onde também se encontram inseridos a possibilidade de: “organização de ações especializadas em locais assolados por guerras e catástrofes naturais, doação de alimentos, instrumentos e medicamentos e também concessão de empréstimos em condições mais favoráveis do que as oferecidas por bancos privados, cujo único objetivo é a obtenção de benefícios económicos particulares” (Manccini, 2013).

São dois os principais modelos no que toca à cooperação internacional do desenvolvimento: o Modelo Tradicional e o Modelo Moderno.

O Modelo Tradicional surgiu em contexto da Guerra Fria, e caracterizava-se pelo facto de os objetivos dominantes e os métodos de trabalho serem estabelecidos de forma exclusiva pelo dador, de acordo com os seus interesses e com ênfase na segurança social.

O Modelo Tradicional traduz uma relação de dominância explícita uma vez que o poder é exercido verticalmente e unidireccionalmente, ou seja, quem está no nível superior, ou seja o dador, vai emitir ordens para o país que se encontra no nível inferior cumprir. É o país dador que vai impor as regras sem que analise o contexto interno do país recetor, sendo as decisões tomadas apenas pela parte mais poderosa. Este modelo de cooperação aproxima-se, na realidade, mais de um modelo de ajuda e de caridade, uma vez que a ajuda é oferecida de acordo com os princípios de misericórdia, sem que se ponha em questão as relações de poder existentes e quais são responsáveis pela existência e também pela manutenção da pobreza e da desigualdade social. Assim, pode-se afirmar que o Modelo Tradicional da cooperação internacional para o desenvolvimento

---

tem como principal objetivo a resolução de um problema grave, de forma circunscrita no tempo sem que haja um diagnóstico sobre as suas causas (Sánchez, 2002).

Já o Modelo Moderno, teve a sua génese nos últimos anos do século XX, especialmente após o término da Guerra Fria, que coincidiu com o momento em que surgiram novos atores sociais e civis ao nível internacional, como o caso de organizações e outras instituições que começaram a exigir novas formas de cooperação.

O Modelo Moderno propõe que todos os países, independentemente da sua posição, trabalhem de forma conjunta de forma a definir e a executar um plano de ação em conjunto que seja vantajoso para ambas as partes. O trabalho exercido vai então ser de acordo com um plano horizontal, ao contrário do plano vertical do Modelo Tradicional, uma vez que todos os envolvidos se encontram afetados pelos mesmo problemas, em maior ou menor grau, sendo as decisões tomadas por todas as partes tendo em consideração os seus problemas internos (Manccini, 2013).

De acordo com Saraiva (2008), este modelo tem como fundamento teórico a promoção da justiça e não da caridade, uma vez que se procura a causa dos problemas e não a resolução imediata do mesmo. O principal desafio no Modelo Moderno é transformar as práticas vigentes em planos de cooperação para o desenvolvimento modernos e tendo em conta a atualidade dos países, mudando assim as estratégias ao nível da política.

Tendo em conta o paradigma do Modelo Moderno da cooperação internacional para o desenvolvimento, foram traçados objetivos para o novo milénio, de forma a melhorar a cooperação entre os diferentes países (Maxwell, 2005):

---

i. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio constituem o quadro de orientação da intervenção dos agentes da cooperação internacional para o desenvolvimento.

ii. A segurança constitui um aspeto importante na cooperação para o desenvolvimento, essencialmente, no que concerne aos chamados Estados frágeis ou falhados.

iii. O objetivo principal a atingir até 2015 é o da redução da pobreza para metade (sendo a pobreza definida de acordo com o conceito do Banco Mundial, em que é pobre quem vive com menos de 1 dólar por dia).

iv. O crescimento económico é o instrumento chave na redução da pobreza.

v. A melhoria dos níveis de educação e de saúde das populações contribui para a redução da pobreza e simultaneamente para o crescimento económico.

vi. O comércio é um motor fundamental de crescimento e as economias necessitam por isso, de ser abertas.

vii. As economias de mercado permitem atingir níveis de crescimento maiores e mais rapidamente.

viii. As infraestruturas dos sectores produtivos, na água, educação, saúde devem constituir prioridades em termos de despesas públicas.

ix. Os recursos públicos serão geridos de modo mais eficaz e eficiente por instituições transparentes, descentralizadas, responsáveis e orientada para resultados.

---

x. A boa governação e boas políticas são fundamentais para crescimento económico e a boa utilização da ajuda ao desenvolvimento.

xi. Para os países com piores desempenhos a ajuda internacional deve basear-se na ajuda humanitária e o apoio ao nível da segurança.

xii. É necessário reforçar os níveis de ajuda ao desenvolvimento.

xiii. Devem ser promovidos outros instrumentos, como os Fundos Globais, para aumentar os níveis de ajuda.

xiv. A ajuda ao desenvolvimento deve ser focalizada nos problemas mais graves, a fome, o HIV/SIDA e a educação para todos.

xv. A ajuda deve ser gerida preferencialmente pelas organizações multilaterais.

xvi. A ajuda ao desenvolvimento deve ser prestada preferencialmente através dos orçamentos nacionais, em vez de projetos individuais, no pressuposto de que os recursos são usados adequadamente.

xvii. Os países mais ricos devem reduzir os subsídios e promover acesso aos seus mercados por parte dos países em via de desenvolvimento.

Ao utilizar um Modelo Moderno no que toca à cooperação internacional para o desenvolvimento, tendo como principal objetivo o desenvolvimento equilibrado e igualitário dos países, está-se a pensar na segurança do planeta, visto que a pobreza e a falta de oportunidades afetam uma grande parte da população.

---

### **3. A Teoria da Interdependência Complexa nas Relações Internacionais**

#### **3.1. A Interdependência**

No mundo globalizado de hoje em dia, o termo “interdependência” é frequentemente utilizado, podendo-se traduzir como sendo uma situação na política mundial onde todos os seus atores, incluindo os Estados e também outros atores não estatais são dependentes uns dos outros (Rana, 2015).

De acordo com Keohane & Nye (1977) é importante fazer a distinção entre dependência e interdependência. A dependência diz respeito a um determinado estado que é determinado ou significativamente afetado por forças exógenas. Já a interdependência, define-se, de forma mais simples, como a dependência mútua. No contexto da política mundial, a interdependência é caracterizada pelos efeitos recíprocos entre os diferentes países ou entre diferentes atores (por exemplo instituições governamentais) dentro do próprio país.

De acordo com esta dependência mútua, a relação entre os atores envolvidos, incluindo os Estados assim como outros atores transnacionais, caracteriza-se tanto pela cooperação assim como pela concorrência. Na interdependência, existem custos e efeitos recíprocos de transação entre os diferentes atores envolvidos (Rana, 2015). As políticas e ações de um ator têm um impacto profundo sobre as políticas e as ações dos outros atores e vice-versa. A interdependência não significa apenas paz e cooperação entre os envolvidos, mas sim uma relação sólida, caracterizada pela cooperação, dependência e interação em diversas áreas assim como a existência de conflitos, muitas vezes necessários para que se chegue a acordos com vantagens para todas as partes envolvidas (Cademartor & Santos, 2016).

---

Numa relação de interdependência há que ter em atenção as relações simétricas e assimétricas entre os diferentes estados, ou seja, pode existir uma dependência mútua relativamente equilibrada, no entanto esta pode ser desequilibrada. De acordo com Nye (2009) uma menor dependência pode significar uma maior fonte de poder. Se os dois protagonistas são interdependentes, mas uma é menos dependente do que a outra, a parte menos dependente tem poder relativamente à outra parte, sendo que a manipulação destas assimetrias pode ser uma fonte de poder no que toca à política internacional.

A interdependência pode originar benefícios para os atores envolvidos, mas também pode originar custos elevados recíprocos que podem não ser necessariamente simétricos. Os benefícios podem significar o ganho de um estado comparativamente com a perda do outro. Os custos envolvem a sensibilidade a curto prazo ou uma vulnerabilidade a longo prazo de cada estado (Keohane & Nye, 1977). De acordo com Cademartor & Santos (2016, p.72) a sensibilidade diz respeito “à quantidade e ao ritmo dos efeitos da dependência, isto é, com que rapidez as mudanças numa parte do sistema produzem mudanças em outra parte, ou seja, o grau de resposta a uma mudança no contexto político. Já a vulnerabilidade diz respeito aos custos relativos de mudar a estrutura de um sistema de interdependência, isto é, a mudança na política ou nas regras do jogo”.

### **3.2. Teoria da Interdependência Complexa**

De acordo com Rana (2016) a Teoria da Interdependência Complexa é uma teoria que enfatiza as formas complexas pelas quais os protagonistas políticos internacionais e transnacionais se tornam mutuamente dependentes, vulneráveis às ações uns dos outros assim como sensíveis às suas necessidades.

De acordo com Genest (1996 *cit in* Rana 2016, p.291), a interdependência complexa define-se como sendo “um conceito transnacional económico que

---

pressupõe que os estados não são os únicos atores importantes, em que o bem-estar social divide o centro das atenções com as questões de segurança no que toca à agenda global e a cooperação é uma característica dominante da política internacional assim como o conflito”.

Neste sistema de interdependência, os estados cooperam uma vez que existe um interesse comum, sendo o resultado direto dessa cooperação a prosperidade e também a estabilidade do sistema internacional.

Um aspeto muito importante na Teoria da Interdependência Complexa é a combinação de duas visões opostas, ou seja, é uma teoria que integra elementos da política do poder e também do liberalismo económico, levando em consideração tanto os custos como os benefícios na relação de interdependência (Keohane & Nye, 1977).

Apesar de o mundo contemporâneo ser caracterizado pela cooperação económica e pela interdependência ecológica, não se pode ignorar a possibilidade de ocorrência de conflitos militares ao nível internacional, uma vez que as políticas de interdependência economia e ecológica envolvem uma grande competição mesmo quando se podem prever grandes benefícios líquidos por parte da cooperação (Keohane & Nye, 1977).

No seu livro “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*”, Keohane & Nye (1977) descreveram as três características principais da Teoria da Interdependência Complexa, as quais passamos a descrever de seguida:

I. Múltiplos Canais: No contexto da política internacional existe uma multiplicidade de canais que ligam as diferentes sociedades, incluindo todas as transações interestaduais, transgovernamentais e transnacionais. Esta ideia é oposta à assunção de estado unitário do realismo. No mundo complexo da interdependência não são, apenas, as interações formais e informais entre as elites governamentais que são as



---

fontes de ligações entre as diferentes sociedades, mas também as ligações informais entre as elites não governamentais e organizações transnacionais, sendo que estas têm vindo a ganhar cada vez mais importância no palco internacional. Estes protagonistas, além de perseguirem os seus próprios interesses, também funcionam como importantes canais de transmissão, fazendo com que as políticas governamentais de vários países sejam mais sensíveis as políticas dos outros.

II. Ausência de Hierarquia entre os diferentes Problemas: Na Teoria da Interdependência não existe hierarquia entre os problemas. A linha divisória entre a política doméstica e a política externa tornou-se muito diluída e não existe uma agenda clara no que toca a relações interestaduais. Existem vários problemas que não se encontram organizados numa hierarquia clara ou consistente, como por exemplo, a segurança militar não domina, de forma consistente a agenda internacional. Assim, as agendas das relações exteriores encontram-se cada vez mais diversificadas. Ao contrário da suposição dos realistas, onde a segurança é vista como sendo a questão mais importante dos Estados, na Teoria da Interdependência Complexa, qualquer área pode estar no topo das agendas internacionais a qualquer momento.

III. Papel Menor da Força Militar: Ao contrário do papel central que a força militar tem no mundo realista, ou seja, encarada como sendo uma necessidade fundamental para garantir a sobrevivência, na Teoria da Interdependência Complexa assume que, no âmbito das relações internacionais, a força militar é de baixa importância e relevância. Quando prevalece a independência complexa, a força militar pode ser irrelevante no que toca à resolução de desentendimentos sobre as questões económicas entre os envolvidos numa determinada aliança. No entanto, ao

---

mesmo tempo, o poderio militar pode ter um peso muito importante para o próprio desenvolvimento das relações dentro de uma determinada aliança. De acordo com os autores podem existir relações intensas de influência mútua, mas a utilização da força não é mais considerada como sendo uma forma apropriada de alcançar outros objetivos, como é o caso dos objetivos económicos ou os ecológicos. O bem-estar das populações é cada vez mais importante, pondo por isso a força militar para segundo plano uma vez que a maioria dos efeitos da força militar são extremamente negativos, além dos altos custos associados. Assim, o significado da força militar como sendo um instrumento político central para a resolução de disputas no cenário internacional tem vindo a declinar de forma substancial. No entanto, não se pode ignorar totalmente o seu papel, uma vez que num relacionamento assimétrico, o ator menos dependente pode usar a força militar como uma ferramenta para retirar vantagens para si próprio, tornando assim a situação muito mais complexa.

Sem sombra de dúvida que a teoria da interdependência complexa abraça a conceção de sociedade internacional, ou seja, ambiente em que os Estados partilham de interesses e valores comuns e são interligados por um conjunto de regras através de instituições comuns que estabelecem regras também comuns responsáveis por orientar tais relações (Fernandes, 2004).

### **3.3. Relações Bilaterais de Interdependência**

Quando se fala em relações bilaterais entre países, está-se a falar frequentemente de questões políticas, económicas, culturais e laços históricos. Umas relações bilaterais fortes são caracterizadas pela cooperação entre instituições e pessoas a nível administrativo e político, assim como no que diz respeito ao setor privado, no setor académico e também na sociedade civil.

---

Outros elementos relacionados com as relações bilaterais é o comércio e o investimento, o intercâmbio cultural, assim como o conhecimento geral, a compreensão e a consciencialização pública sobre o outro país e os laços existentes entre eles.

## **4. Diplomacia**

### **4.1. Definição de Diplomacia**

De uma forma geral a diplomacia pode ser definida como sendo a gestão das relações internacionais recorrendo à negociação ou a outro método que permita o ajustamento e a gestão dessas relações por via dos embaixadores e de outros enviados especiais, tendo sempre em conta os interesses de todas as partes envolvidas.

Umas das definições mais conhecidas de diplomacia é a apresentada por Smith (1999), que define do seguinte modo “a arte de defender os interesses nacionais através da troca de informação sustentada entre governos, nações e outros grupos. O seu objetivo é o de mudar atitudes e comportamentos como um meio de atingir acordos e resolver problemas. É a prática da persuasão”.

Associado ao conceito de diplomacia aparecem várias vezes os conceitos de relações internacionais, política externa ou política mundial, sendo por isso encarada como um processo abrangente e global e não como um ato isolado ou específico (White, 1995).

A diplomacia pode ser encarada segundo uma perspetiva macro, em que se considera o estudo da política mundial como sendo um todo, estando-se por isso perante um intrincado processo de comunicações central ao nível global, abarcando a resolução de conflitos pela negociação e pelo diálogo e, também, de acordo como perspetiva micro, em que se privilegia o estudo do comportamento dos Estados e de outros atores da política internacional, sendo por isso encarada

---

como um método ou ferramenta para se atingir determinado objetivo ou meta e menos como um processo global (White, 1995).

De acordo com Melissen (2005), a diplomacia é vista como um instrumento de política externa para que seja possível estabelecer e desenvolver contatos pacíficos e saudáveis entre os governos dos diferentes estados, sendo que para tal são utilizados intermediários reconhecidos mutuamente pelas diferentes partes.

A diplomacia é, sem dúvida, o principal instrumento no que toca a edificação de manutenção das relações diplomáticas, contribuindo assim aberta e diretamente para a colaboração entre os Estados. Todos os Estados, independentemente do seu tamanho, poder económico ou regime político, instituem um determinado número, maior ou menor, de missões diplomáticas, dependendo dos países e das relações que pretendem estabelecer com estes (Iucu, 2010).

A diplomacia, na imagem da missão diplomática, realiza funções correspondendo aos seus objetivos, contribuindo para a compreensão mútua e para o desenvolvimento das relações entre dois Estados, assim como para a promoção de uma cooperação multilateral amigável entre eles.

O Estado soberano deve instruir a sua missão diplomática de modo a que esta não exceda as suas funções, caso contrário os diplomatas são considerados como indesejáveis. Além disso, o Estado deve demonstrar o devido respeito à diplomacia e as atividades dos seus representantes, tendo em conta as funções para os quais foram designados.

Assim, podemos apontar as seguintes funções como as principais da diplomacia (Iucu, 2010):

1. Representação: é a função realizada por parte das missões diplomáticas mais visível desde o seu estabelecimento como órgãos de

---

relações externas dos Estados. A função de representação significa que os vários agentes diplomáticos participam em vários eventos da vida pública, apoiando o Estado remetente, ou seja, com a mesma atitude de aprovação que assume em momentos de vida pública no seu país de residência.

2.     Negociação: Semelhante à representação, esta é uma das principais funções que missões diplomáticas permanentes realizam desde o seu estabelecimento. A negociação significa a análise de uma determinada questão ou problema de interesse comum com o intuito de o resolver. As negociações podem ser oficiais, iniciadas de forma formal no nome de dois Estados, ou oficiosamente, sondando contatos que não comprometam os Estados de nenhuma forma. As negociações oficiais são diretas, ou seja, entre o chefe da missão diplomática e o chefe de Estado ou indireta, que se realiza entre o chefe da missão diplomática e o ministro dos negócios estrangeiros ou os subordinados deste último. Normalmente a negociação é considerada uma mistura de métodos científicos e artísticos, uma vez que o diplomata deve ter o conhecimento, a experiência e o talento para ser um bom negociador. O estudo de história, no geral e da história das relações diplomáticas, em Portugal, é muito útil no desenvolvimento e no domínio da arte de negociação.

3.     Informação: A promoção de relações amigáveis entre os países vizinhos e a cooperação entre os diferentes Estados depende da compreensão mútua das realidades económicas, sociais e políticas dos países. Ao executar esta função, a de informar e também de observar, a missão diplomática fornece o envio de dados estatais obtidos por meios legais no que toca à vida doméstica e a política internacional do país de residências. A missão diplomática deve desempenhar as suas funções recorrendo a contatos oficiosos, meios de comunicação social, publicações literárias e científicas.

---

4. Proteção diplomática: Existe uma relação próxima entre as funções de representação, a negociação e proteção. Ao executar a última, a missão diplomática conquista a proteção de interesses que o Estado que a envia e o pessoal sob a sua autoridade deve possuir no país de residência. De facto, quando a missão diplomática representa o seu Estado e negocia com as autoridades do Estado recetor, este está a atuar em nome de interesses específicos de modo a acreditar e a promover esses mesmos interesses. A função de defesa, como é reconhecida pela lei internacional, permite que a missão diplomática ofereça proteção diplomática para os cidadãos do Estado emissor, que estão ou que vivem no Estado recetor. As intervenções ao nível diplomático podem eliminar perseguições prejudiciais, repara o prejuízo sofrido pelos cidadãos e tenta, por meios legais, defendê-los contra qualquer ato ilegal que possam vir a ser sujeitos.

5. Cooperação internacional: O propósito da missão diplomática é expresso por esta função central que polariza a atitude de todas as outras funções na direção do seguinte objetivo: promover relações amistosas e a cooperação entre o Estado emissor e o Estado recetor. Assim, as missões diplomáticas cumprem um papel essencial ao investir em boas relações bilaterais que são transformadas no elemento positivo principal no processo de colocar as relações internacionais no centro dos princípios morais, de justiça e legais.

6. Funções de Consulado: Realizar atribuições de consulado por parte da missão diplomática é uma prática relativamente recente, tendo sido desenvolvida devido ao facto do papel da instituição de consulado se ter tornado cada vez mais importante, graças ao crescimento das relações comerciais e do turismo.

## 4.2. Diplomacia Económica

O conceito de Diplomacia Económica emergiu ao longo da história recente, tendo sido imposta na segunda metade do século XX, sendo que no século XXI depara-se com novos desafios e novas exigências. No seu trabalho (Silva, 2002, p.99), sumarizou a evolução histórica da Diplomacia Económica, dividindo-a por fases, que passamos a apresentar:

**Tabela 1:** Fases evolutivas da Diplomacia Económica (fonte: Silva, 2002, p.99)

| Fases                                                              | Caracterização                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>1ª Fase (da 2ª metade do séc. XIX até à I Guerra Mundial)</b>   | A diplomacia económica era essencialmente identificada com políticas agressivas e de partilha do mundo por parte de um pequeno número de potências, com vista a obter vantagens económicas através da subjugação colonial de outros povos e nações.                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>2ª Fase (desde o fim da I Guerra Mundial até aos anos 1970)</b> | Face ao colapso da anterior ordem económica internacional, a diplomacia económica esteve sobretudo concentrada nas negociações e acordos multilaterais, designadamente no que respeita aos pagamentos internacionais, ao restabelecimento da ordem comercial, à estabilização e à luta contra as depressões; importantes aspetos desta fase foram por exemplo, as atividades da Secção de Economia da Liga das Nações, e as negociações de Bretton Woods e a implementação dos seus |

|                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                      | resultados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>3ª Fase (desde os anos 1980 até à atualidade)</b> | Crescem as preocupações dos diplomatas com vista a “acompanhar e estimular a atividade das empresas” (quer abrindo e apontando oportunidades “às suas” no exterior, a nível do comércio, investimento ou outro, quer procurando atrair as empresas estrangeiras a solo nacional) visando dar a sua contribuição para o alcance de objetivos económicos nacionais de bem-estar, competitividade, etc.; isto é, os redutos diplomáticos foram decididamente associados em termos práticos, pelos Governos de muitos países, à consecução deste tipo de objetivos. |

Mas afinal em que consiste a diplomacia económica? De acordo com Saner & Yiu (2003) a sua definição pode ser operacionalizada de acordo com a natureza dos atores, ou seja, se esta é praticada por agentes estaduais ou não estaduais. Isto na prática significa que, por um lado, esta é desenvolvida pelos atores públicos, estando-se perante a diplomacia económica propriamente dita, ou seja, aquela diplomacia que é desenvolvida pelo Estado nas suas relações com outros Estados ou no seio de Organizações Internacionais, e também a diplomacia comercial, quando se está perante negociações entre o Estado e as empresas. Por outro lado, num contexto de globalização e interdependência entre os diferentes Estados, os agentes não estaduais são também responsáveis pela dinamização da sua própria diplomacia económica.



---

Pode-se afirmar que, a diplomacia económica assenta em 4 vetores fundamentais (Almeida, 2015).

1. O recurso à influencia política e de relações estratégicas para que se promova o comércio e o investimento internacional, permitindo assim a abertura de novos mercados em áreas geográficas variadas;
2. A melhoria do funcionamento de alguns aspetos dos mercados, correção de falhas existentes, como por exemplo a redução dos custos e dos riscos de transações fronteiriças;
3. Fortalecimento dos benefícios mútuos de cooperação entre Estados e das relações político-económicas de forma a que se possa ser possível aumentar a segurança das trocas comerciais e dos cidadãos;
4. Ser um instrumento para a resolução de conflitos bilaterais e multilaterais a longo prazo.

---

## **II – METODOLOGIA**

Fortin (2000) refere que é na fase da Metodologia que se deve operacionalizar o estudo, ou seja: precisar o tipo de estudo, as definições operacionais das variáveis, o meio onde se desenrola o estudo e a população deste mesmo estudo.

Como explica Fortin (2000, p.372), a metodologia consiste no “conjunto dos métodos e das técnicas que guiam a elaboração do processo de investigação científica”, acrescentando ainda que, “é um plano criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões de investigação colocadas ou às hipóteses formuladas”. Desta forma, a metodologia e por isso, os métodos e as técnicas utilizadas para estudar determinado fenómeno, vão sempre depender do tipo de estudo que se pretende realizar.

A investigação pode ser definida em função de vários critérios, sendo a sua metodologia um deles, e onde se destacam duas perspetivas centrais: a investigação que se pauta por uma metodologia quantitativa e a investigação que adota uma metodologia qualitativa, ou então metodologia mista, ou seja são adotadas as duas metodologias. Neste estudo foi utilizada a metodologia qualitativa sendo que esta será descrita já de seguida de modo a contribuir para a delimitação da mesma.

### **1. Metodologia Qualitativa**

A metodologia qualitativa já é reconhecida como sendo um campo de investigação com direito próprio, que é transversal a várias disciplinas. O termo qualitativo implica um destaque nas qualidades das entidades e nos processos e significados: um estudo qualitativo valoriza a qualidade socialmente construída

---

da realidade, tendo em conta um quadro construtivista, a relação mais íntima entre o investigador e o objeto de estudo e os constrangimentos situacionais que dão forma à investigação (Denzin & Lincoln, 2000).

De acordo com Creswell (2010) a metodologia qualitativa é vista como sendo um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social e humano.

Serapioni (2000) refere como principais características dos métodos qualitativos a análise do comportamento humano do ponto de vista do ator, a observação naturalista, a subjetividade, a orientação para a descoberta e para o processo, o seu carácter exploratório, descritivo e indutivo, e a não generalização de resultados. O mesmo autor identifica os seguintes pressupostos que orientam a investigação tendo como base o paradigma qualitativo Serapioni (2000):

1. Complexidade: a realidade social, incluindo as suas manifestações culturais, é algo muito complexo e que não pode ser reduzido a um simples conjunto de variáveis;
2. Subjetividade: os investigadores estão sempre situados numa determinada realidade, num determinado contexto, trazendo assim para o estudo as suas crenças e valores. Assim, em vez de ser suprimida, como acontece na metodologia quantitativa, a subjetividade é assumida e negociada;
3. Contextualidade: a realidade é construída tendo em conta vários fatores, o que faz com que a compreensão do fenómeno em causa envolva sempre a compreensão de determinados contextos;
4. Interpretação e Significado: o mesmo fenómeno pode ter diferentes interpretações tendo em conta os diferentes participantes, tendo em conta as relações que estabelecem com o que está a ser estudado, o que

---

faz com que a interpretação e o significado sejam a verdadeira essência da investigação qualitativa;

5. Metas de Investigação: as explicações que envolvem causalidade, controlo e predição são impossíveis. O objetivo é antes a capacidade de compreensão interpretativa que envolve a capacidade de ser empático, de recriar a experiência dos outros em nós próprios.

6. Aplicabilidade: a compreensão aprofundada de um dado contexto facilita a compreensão de outros contextos, não através do princípio da generalização, mas sim do princípio da transferência.

Ao usar uma metodologia qualitativa num estudo espera-se que seja feita uma análise em profundidade relativamente a significados, conhecimentos e atributos de qualidade dos fenómenos em estudo. Como refere Fidalgo (2003, p. 178) os dados são “enquadrados e interpretados em contextos holísticos de situações, acontecimentos de vida ou experiências vividas, particularmente significativos para pessoas implicadas.”

Assim o investigador qualitativo vai estudar os fenómenos no seu contexto natural com o intuito de interpretá-los, tendo em conta os diferentes significados atribuídos pelas pessoas. Para tal é necessário que sejam recolhidos materiais que descrevam certos momentos da vida dos indivíduos que irão ser interpretados na tentativa de aumentar a compreensão sobre alvo de estudo (Denzin & Lincoln, 2000).

### III- ABORDAGEM HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO ANGOLA-PORTUGAL

#### 1. Caraterização dos Países em Estudo

##### 1.1. Breve descrição de Angola

A República de Angola (figura 1) está localizada na costa ocidental do continente africano e faz fronteira com o Congo, República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia.



**Figura 1:** Mapa de Angola (fonte: turismo de África)

---

Este país africano possui uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, clima tropical e uma população de 16 milhões de habitantes em 2005, segundo dados das Nações Unidas (2006). O idioma oficial é o português, embora se fale outras línguas africanas como por exemplo o kikongo e o umbundo (Conde, 2009).

Os solos são graníticos ou basálticos, com abundantes depósitos superficiais de aluvião. O subsolo é rico em recursos minerais (Rosinha, 2009).

Dada a sua extensão em latitude e longitude, características topográficas e hidrográficas, Angola possui uma fauna e uma flora diversificadas e ricas, e um solo e clima com potencial para o desenvolvimento de vários tipos de produções agrícolas. A costa atlântica, cujas águas são temperadas pela corrente fria de Benguela, é abundante em peixe (Rosinha, 2009).

Os recursos mais conhecidos e explorados são os minerais, com preponderância para os hidrocarbonetos, mas o país possui também diamantes e, menos conhecidos e explorados, ferro, cobre, manganês, volfrâmio, estanho e molibdénio, entre outros (Moura Roque *et al*, 1991 cit in Rosinha, 2009).

Angola foi colónia portuguesa entre finais do século XV e 11 de novembro de 1975, dia em que se tornou independente. (Conde, 2009). Mas sobre a relação entre Angola e Portugal, vai-se falar mais a frente e com mais pormenor neste trabalho.

Depois de uma longa guerra civil, Angola vive um período de paz desde 2002.

Os anos seguintes foram marcados por um forte crescimento económico, com taxas anuais de dois dígitos. Em 2008, Angola posicionou-se como a sétima economia africana, entre 48 países, podendo tornar-se, em 2014, quinta maior economia Africana. Segundo a análise recente da revista *The Economist* de Janeiro de 2011, Angola posicionou-se como a economia emergente de maior

---

crescimento no mundo entre 2001 e 2010, com uma média de 11,1% (Pereira, 2011).

Este extraordinário crescimento da economia angolana é resultante essencialmente das receitas de exportação de hidrocarbonetos (petróleo) e dos inúmeros minerais existentes no seu subsolo tão importantes para a tecnologia (Rosinha, 2009).

## **1.2. Breve descrição de Portugal**

Portugal é um país do Sudoeste da Europa, estendendo-se ao longo da costa atlântica da Península Ibérica, ocupando cerca de 16% desta região. Portugal conta ainda com duas regiões autónomas insulares, o arquipélago dos Açores e da Madeira, contando com uma população de cerca de 10 milhões de pessoas. A área total do país é de 92 090 km<sup>2</sup>. Apesar da sua pequena dimensão, Portugal apresenta uma grande diversidade geográfica, variando entre regiões montanhosas, mais a norte, e planícies douradas a sul. A língua oficial é o português, sendo esta língua falada por mais de 200 milhões de pessoas, nos vários continentes, aprofundando as ligações históricas de Portugal com o mundo.

Em 1139, foi fundado o Reino de Portugal a partir do condado Portucalense, nascido entre os rios Minho e Douro. A estabilização das suas fronteiras em 1297 tornou Portugal o país europeu com as fronteiras mais antigas. Como pioneiro da exploração marítima na Era dos Descobrimentos, o reino de Portugal expandiu os seus territórios entre os séculos XV e XVI, estabelecendo o primeiro império global da história, com possessões em África, na América do Sul, na Ásia e na Oceânia. Com o sucesso destas viagens, Portugal emergiu como um dos países mais ricos do mundo e como um dos reinos mais influentes da Europa, com ampla influência económica, política e cultural. Com as guerras e ocupações com outros países levaram a lutas internas

---

e disputas pela sucessão do soberano, tendo como consequência a perda de grande parte da sua riqueza e estatuto (Anjos, 2013).



**Figura 2:** Mapa de Portugal

Em 1755, o catastrófico sismo sentido em Lisboa destruiu grande parte da capital e algumas zonas do Algarve. As revoltas provocadas por séculos de invasões e conflitos civis provocaram uma época de desalento social, instabilidade política e declínio económico. Em 1910, a monarquia foi deposta pelas forças militares e Portugal foi declarado uma República. As funções de primeiro-ministro foram assumidas por António de Oliveira Salazar, em 1932 e logo se transformou num ditador fascista, controlando os meios de comunicação e as eleições, bem como as liberdades da população civil (Anjos, 2013).

No dia 25 de abril de 1974, o regime de Salazar sofreu um golpe de estado, tendo ficado conhecido para a posterioridade como a Revolução dos Cravos. Ainda nos dias de hoje o Dia da Liberdade nacional é comemorado todos os anos, existindo ainda uma “Rua 25 de Abril” em quase todas as cidades do



---

país. Saramago (1999) afirmou “Este país (Portugal) preocupa-me, este país dói-me. E aflige-me a apatia, aflige-me a indiferença, aflige-me o egoísmo profundo em que esta sociedade vive. De vez em quando, como somos um povo de fogos de palha, ardemos muito, mas queimamos depressa.” Ou seja, Portugal já conquistou tanta coisa, sendo um exemplo de glória, de sucesso e aos longos dos tempos foi caindo, ficando numa rotina, a maior parte das pessoas preferem ficar a ver os outros a fazerem, do que agirem. Atualmente Portugal é membro fundador da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) e membro da União Europeia, com evoluiu e transformou-se num país com uma democracia estável e com uma vibrante vida cultural. Apesar da grande história em seu redor, Portugal é também caracterizado pela sua gastronomia e por ser o Pais do Fado (sendo classificado pela UNESCO, em 2011 como Património da Humanidade).

## **2. Os Primórdios da Relação**

### **2.1. A Expansão Marítima Portuguesa**

Em pleno século XV a Europa encontrava-se em franco crescimento económico. Por essa razão houve a necessidade de conquistar novos territórios que pudessem contribuir para o aumento da riqueza dos reinos pelo meio de conquistas de novos parceiros e zonas comerciais pois as antigas rotas do Mediterrâneo e do Báltico que contribuía para o comércio europeu e o comércio entre a Europa e a Ásia já não era suficiente. Foi desta necessidade de difusão comercial que os Estados europeus iniciaram a tão conhecida e importante expansão marítima dos territórios que resultou na ocupação de terras além-mar (Barreto, 1997).

De todos os principais países europeus da altura, como por exemplo Inglaterra, Espanha e França, Portugal foi o primeiro país a se embarcar nos

---

grandes descobrimentos por via marítima. Tal fato deveu-se às suas condições geográficas singulares de salientar a sua grande costa oceânica cheia de portos naturais e também às condições políticas da altura que favoreciam o desenvolvimento comercial e económico, por mão de João I em 1415 (Barreto, 1997).

Outros dos fatores que fizeram com que os Portugueses fossem os pioneiros na expansão marítima europeia tem a ver com o desenvolvimento tecnológico que estes levaram a cabo, como por exemplo, o avanço e desenvolvimento na área da cartografia, criando mapas que indicavam rotas, localizações e acidentes geográficos; o aperfeiçoamento de instrumentos de navegação como o astrolábio e a bússola que ajudavam os navegadores a orientar-se em mar aberto, a invenção da caravela, um navio mais eficiente para navegar grandes distâncias, navio esse equipado com canhões de forma a defender as suas mercadorias.

O primeiro continente a ser “conquistado” foi África, devido à sua proximidade geográfica. Como já foi dito anteriormente, o primeiro marco da expansão portuguesa foi a conquista de Ceuta em 1415. Em 1419, João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira e Bartolomeu Perestrelo chegam a ilha da Madeira, sendo que a colonização desta ilha se deu em 1425.

O descobrimento dos Açores deu-se em 1431 quando Gonçalo Velho chegou à ilha de Santa Maria e a partir desta partiu para o reconhecimento das restantes ilhas do arquipélago.

Em 1482 dá-se um grande marco da navegação portuguesa e mesmo da navegação mundial. Pela mão de Gil Eanes, é dobrado o Cabo Bojador, anteriormente conhecido por Cabo do Medo devido à dificuldade e quase impossibilidade da sua transposição. As explorações da costa africana iam avançando em direção a Sul, onde os Portugueses obtinham marfim, escravos e ouro, entre outros materiais.

---

Em 1488 Bartolomeu Dias ultrapassou o Cabo das Tormentas, assim designado devido às inúmeras tempestades que os navegadores enfrentavam nesta região. Depois de ser dobrado o cabo foi renomeado de Cabo de Boa Esperança, já que ao ser dobrado permitiu que o Oceano Atlântico se ligasse ao Oceano Índico, abrindo assim caminho para que os Portugueses chegassem à Índia.

Em 1492, Cristóvão Colombo, ao serviço de Castela conseguiu financiamento para uma expedição e alcançou uma região que acreditava ser a Ásia. Na sua viagem de regresso a Espanha, fez escala em Portugal e relatou a sua descoberta. Os Portugueses reclamaram a posse dessas terras, alegando os privilégios concedidos pelo papado. Mas o Papa Alexandre VI concedeu à Espanha os mesmos privilégios de Portugal. Devido a essa discórdia assinou-se, em 1494, o Tratado de Tordesilhas, que dividia o mundo em duas partes entre Portugal e Espanha.

Devido à concorrência espanhola, Portugal foi obrigado a apressar as suas expedições, tendo como principal objetivo chegar à Índia. Finalmente em 1498, Vasco da Gama, contornou o continente e chegou em maio de 1498 a Calecute, na Índia. Estavam abertas assim as possibilidades de comércio com o continente Asiático deslocando assim o eixo económico europeu do Mediterrâneo para o Atlântico, como novos produtos a serem comercializados como por exemplo especiarias (cravo, pimenta, canela, noz moscada, gengibre, entre outras), seda, porcelanas chinesas, etc.

Em 1500, Pedro Alves Cabral chega ao Brasil, e na incerteza batizou a nova terra de Terra de Vera Cruz. Após algumas explorações, os Portugueses chegaram à conclusão de que tinham chegado a um continente e alteraram novamente o nome para Terra de Santa Cruz. Só em 1522 com a descoberta do pau-brasil é que a colónia se passou a chamar Brasil (Guirado, 2005).

---

## **2.2. Colonização de Angola**

O Período Colonial Angolano, começa com a chegada dos Portugueses ao Zaire em 1481 e termina com a Independência de Angola em 1975.

A seguir ao Brasil, Angola foi o território ultramarino português mais extenso e foi descoberta por Diogo Cão em 1482. A presença dos portugueses tornou-se uma constante a partir dessa altura (Zau, 2001).

Angola, como a maioria dos países africanos da época era um conglomerado de povos e grupos, cada um com a sua própria história e tradições distintas. Gradualmente as pequenas nações angolanas e estados locais entraram em contato entre si, formando uma rede de trocas e de interesses bem estruturada (Meijer & Birmingham, 2004).

Muito antes da chegada dos portugueses, comunidades de língua bantu tinham estabelecido uma economia baseada na agricultura na maior parte do território. Estas comunidades tinham absorvido muitas das populações dispersas de falantes de outras línguas, nomeadamente de Khoisan, desenvolvendo uma dimensão pastoral bem-sucedida para a agricultura assim com a criação de economias baseadas no comercio (Meijer & Birmingham, 2004).

A descoberta de África, e consequentemente de Angola, bem como a permanência nestes territórios significou um grande interesse estratégico, quer do ponto de vista económico, cultural e de ação religiosa e espiritual de apostolado, mas representou, principalmente, do ponto de vista civilizacional uma realidade fundamental, que já vinha desde os séculos XV e XVI, considerados períodos áureos dos descobrimentos portugueses e da sua afirmação no mundo (Chimanda, 2010).

O principal negócio em que se envolveram tanto os portugueses como os africanos foi a captura e a venda de escravos, em detrimento da parte africana, já que, a certa altura, faltavam braços para cultivar a terra não sendo possível

---

fornecer às populações o alimento necessário e faltava também estabilidade para governar (Zau, 2001).

Por esta razão, a submissão à coroa portuguesa por parte dos reis africanos dos territórios angolanos, não foi de todo fácil. Se não vejamos o exemplo do rei Ngola-a-Kilwanji, soberano do Ndongo, que não se mostrou interessado em seguir os regimentos que se foram seguindo da alternância governativa portuguesa sediada em Luanda. Esta “insubordinação” deu origem às campanhas militares com o objetivo de submeter pela força os chefes locais. Com o domínio desta zona as operações de captura dos escravos estavam facilitadas. No entanto este domínio tardou a acontecer já que os portugueses encontraram grande resistência às suas investidas (Zau, 2001).

É importante referir que no século XVI Angola era vista como a principal fonte de trabalho escravo, especialmente para os campos de cana-de-açúcar brasileiros, como será analisado com mais pormenor mais à frente neste trabalho. Mas apesar de toda a resistência, no dia 25 de agosto de 1585 as forças portuguesas ganharam, penetrando ainda mais para o interior, conseguindo assim ter dominância tanto na costa como no interior do território. No entanto, até final do Século XIX, e presença portuguesa no território era vista como sendo amorfa, oficiosa e caótica (Zau, 2001).

Assim, só no primeiro quartel do século XIX é que a colonização Angolana se veio, efetivamente, verificar e realizar. Por esta altura, num território de com área aproximada de 100 000 km<sup>2</sup> habitavam cerca de 3000 pessoas de origem europeia e quase meio milhão de indígenas, sendo que a situação económica não era propriamente a melhor, já que findo o negócio dos escravos, os negócios se resumiam a pequenas plantações de café e a atividades de caça e predação de que resultavam o marfim ou a cera (Valério & Fontoura, 1994).

---

Foi a partir de 1845, após a influencia do brasil que se iniciou pela mão do Governador Pedro Alexandrino da Cunha, a chamada colonização branca do território (auxiliadas pelas Campanhas Militares de Ocupação entre 1851 e 1925), com a exploração mais intensa dos recursos agrícolas e mineiros (Ponte, 2006).

A situação Angolana foi melhorando consideravelmente até 1975, visto que este território era uma das províncias Ultramarinas Portuguesas, beneficiando da construção de escolas, hospitais, infraestruturas publicas e vias de comunicação terrestres como estradas e caminhos-de-ferro unido as zonas mais isoladas com a costa.

Na altura em que Angola se tornou independente, as suas fronteiras estavam já definidas , perfazendo um total de 1 247 000 km<sup>2</sup> de extensão territorial. A população de origem europeia era de cerca de meio milhão de pessoas e a população de origem africana de cerca de 6 milhões de pessoas. A economia também tinha sofrido um incremento significativo, com várias exportações de produtos agrícolas (café, açúcar, algodão), minerais (petróleo, ferro e diamantes) e com um rendimento proveniente de serviços a aumentar consideravelmente devido ao início do processo de industrialização do país (Valério & Fontoura, 1994).

Por esta razão, quando surgiram os movimentos independentistas, surgiram dois paradigmas essenciais: se, por um lado, havia movimentos que defendiam uma luta envolvendo violência contra o colonialismo, por outro lado havia os que defendiam ideias e políticas baseadas na colaboração , assentes em valores que apontavam para uma estreita cooperação com a cultura portuguesa cuja influência deixara vestígios na sociedade e na cultura angolana (Chimanda, 2010).

---

Finalmente, e após 500 anos de domínio português, foi proclamada no dia 10 de novembro de 1975 a independência de Angola, transferindo assim a soberania de Portugal para o Povo Angolano.

### **3. Cooperação bilateral Portugal-Angola**

#### **3.1. Os Acordos de Cooperação Bilateral entre Portugal e Angola**

Como já foi visto anteriormente os acordos de cooperação bilateral têm como principal objetivo o fortalecimento e o desenvolvimento das relações entre dois Estados onde se vai ter igualdade de direitos e também vantagens de acordo com as leis e os regulamentos de cada um dos Estados envolvidos na relação.

A cooperação bilateral entre diferentes Estados realiza-se através de um acordos e convenções, sendo estes instrumentos de grande importância para que os países assumam as suas obrigações internacionais de modo a que as operações económicas externas se possam desenrolar normalmente, favorecendo assim uma maior abertura dos mercados (Tavares *et al.*, 1998). São de referir, então, os vários tipos de acordos que norteiam o relacionamento económico e comercial ao nível internacional, nomeadamente:

- O conjunto de compromissos assumido pelos países membros da Organização Mundial do Comércio ao nível económico e de forma multilateral, nomeadamente compromissos relativos a adoção de medidas tendo em vista a liberalização do comércio e também a aceitação de regras e normas de agir no que toca às relações económicas internacionais;
- O conjunto de acordos e compromissos celebrados por um país, por exemplo Portugal, como outros países, de modo bilateral. Destes acordos de cooperação bilateral destacam-se aqueles que Portugal realiza

---

com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, onde Angola se inclui. Estes acordos e compromissos encontram-se praticamente em todos os domínios de negócios, sendo estes muito vastos e numerosos.

Para Portugal, Angola apareceu, nos últimos anos, como uma grande oportunidade de desenvolvimento, uma vez que a economia angolana verificou um grande crescimento, tendo sido mesmo a economia que mais cresceu no continente. Além disso, há que referir que Portugal tinha a necessidade de se expandir para fora de uma União Europeia para recuperar de uma grave crise económica, onde reinava a receção, a dificuldade ao crédito e a austeridade. Assim, e como refere Gouveia (1994), apesar de alguns momentos negativos, o desenvolvimento da política de cooperação entre Portugal e Angola tem se traduzido na realização de diversos acordos bilaterais nas mais diversas áreas, como é o caso do comércio, tecnologia, ciência, educação, formação profissional, saúde, cultura, entre outros. A quantidade e a qualidade de acordos formais que têm vindo a ser construídos e estabelecidos corrobora a grande importância existente nas relações entre Portugal e Angola.

### **3.2. Fundamentos da Cooperação Bilateral Portugal-Angola**

Num mundo globalizado, existe a necessidade de se estabelecer alianças estratégicas entre empresas ou até mesmo entre Estados, formando assim uma rede intrincada de relações e interações, que tem com finalidade tirar vantagens de fatores que possam ser favoráveis para o desenvolvimento de relações, nomeadamente a língua, a cultura e a história, sendo que, de acordo com Silva (2002), estes fatores são encarados como cada vez mais importantes dentro da lógica de constituição de espaços internacionais.

Sem dúvida que a língua e um passado histórico comum, ainda que não seja um passado totalmente positivo, é um fator de extrema importância quando se pretende estudar as relações de cooperação entre Portugal e Angola. De facto,



---

a língua assume um papel principal no que toca à união dos países da CPLP, sendo que a sua constituição é baseada num património e afinidade linguística e cultural semelhante.

A tendência é, então, que as trocas comerciais, económicas e culturais dentro do espaço da lusofonia sejam cada vez mais intensificadas, potenciando assim novos negócios e alargando assim a rede de parceiros de língua portuguesa, sendo que atualmente, o espaço de negócios que partilha o português, a 5ª língua mais falada do mundo, é de cerca de 260 milhões de habitantes. Tal como refere Gaspar (2013) apesar de soberanos e independentes, todos os países da CPLP encontram-se unidos por uma língua comum, apesar das línguas locais, é o português a língua dos negócios, da educação e da política, constituindo-se esta como o cimento histórico que os junta. Para além de Portugal e Angola, existe um conjunto de países, como o Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste têm o português como língua oficial.

De acordo com Bergeijk (1996), o impacto de uma língua em comum vai muito além da redução nos custos de comunicação. Na verdade, as preferências do consumidor são, parcialmente, formadas por uma linguagem comum (presente nos média, por exemplo), sendo importante não apenas do ponto de vista da procura mas também da oferta, quando os produtos se tornam desatualizados se os empresários falham no reconhecimento das novas tendências ou fazem de forma muito pobre devido à existência de barreiras linguísticas (Bergeijk, 1996). Em suma, uma língua comum utilizada entre um conjunto de Estados é vista como um dos capitais mais importantes para melhorar e criar o comércio internacional mais sólido e proveitosos.

Assim, pode-se afirmar que do ponto de vista da economia global, a circulação de pessoas, bens e capitais encontra-se facilitada quando se está perante dois países com afinidades linguísticas, culturais e históricas.

---

### **3.3. Acordos Principais Celebrados**

#### **3.3.1. Acordo Comercial**

O acordo comercial entre Portugal e Angola foi realizado em Luanda, Angola, a 20 de janeiro de 1979, tendo como base a igualdade de direitos e a obtenção de vantagens mutuas tendo como principal objetivo o fortalecimento e o desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países, estimulando assim o desenvolvimento de atividades de natureza promocional.

#### **3.3.2. Acordo Geral de Cooperação**

O Acordo Geral de Cooperação foi realizado na cidade de Bissau, na Guiné-Bissau no dia 26 de junho de 1987. Neste acordo ficou registado que Portugal e Angola continuarão com uma política de cooperação nas mais diversas áreas, nomeadamente na económica, tecnológicas, científica e cultural, tendo como principal objetivo obter vantagens mútuas para as partes envolvidas, sendo que as formas de cooperação para as áreas já referidas são definidas recorrendo a acordos especiais.

No que toca à área económica, os dois Estados celebraram um acordo comercial compatível com as obrigações internacionais referentes questões económicas, movidos pelo desejo do aumento, promoção e desenvolvimento equilibrado das suas relações económicas e comerciais, tendo em vista o incremento recíproco da sua riqueza.

Relativamente às áreas científicas e tecnológicas, os dois Estados comprometeram-se em cooperar, de acordo com as suas capacidades, no processo de desenvolvimento destes domínios do outro Estado. O facto de este desenvolvimento se dar de acordo com as possibilidades de cada um não

---

significa que um estado vai estar a ajudar o outro uma vez que se está a falar numa ótica de cooperação e não de ajuda.

Este acordo de cooperação também se comprometeu na área dos transportes aéreos e marítimos, tendo sido uma área muito importante para os dois Estados. Uma boa rede de transportes aproxima os dois países e contribui para o desenvolvimento dos negócios e do investimento de um Estado no outro.

No que concerne à cultura, Portugal e Angola comprometeram-se em celebrar um acordo cultural tendo como premissa básica o respeito das suas culturas. Este acordo em especial teve como principal objetivo o intercâmbio ao nível cultural e científico entre os dois países, assim como a valorização e preservação da língua portuguesa nas mais diversas áreas.

### **3.3.3. Acordo de Cooperação Económica**

Este acordo foi celebrado em Luanda, Angola, no dia 26 de março de 1982 e demonstra a grande importância que a cooperação económica tem tanto para o desenvolvimento económico dos dois Estados quer para a promoção das relações entre os mesmos.

Este acordo teve vários objetivos principais. O primeiro teve a ver com a promoção de ações concretas de cooperação nas áreas da agricultura, indústria e construção. O outro objetivo relaciona-se com a troca de missões, de informações e também de contatos técnicos entre as diferentes organizações dos dois países, dos serviços e das empresas, sendo que estas informações devem ser de carácter privado e restrito entre os dois países, não devendo estas ser partilhadas com outros Estados fora do acordo, não deixando porém de lado a ajuda e a cooperação a outros Estados e organizações internacionais, desde que essa ajuda traga desenvolvimento para as suas economias.

---

No seguimento deste acordo ficou também a criação de uma comissão, formada por elementos quer de Portugal quer de Angola, com o propósito de servir de mecanismo de cooperação, consulta, monitorização e avaliação geral da cooperação assim como de facilitação de concessão de créditos e financiamentos, a concessão de bolsas pela parte portuguesa, assim como a implementação de outras formas de apoio ao desenvolvimento de ações de formação profissional, inseridas nas realizações contratuais dos projetos de investimento económico.

Para a concretização do desenvolvimento e da evolução das economias dos respetivos países, e de acordo com o artigo 4º do acordo de cooperação económica, Portugal e Angola acordaram em impulsionar a cooperação técnico-económica, tendo em vista a realização das seguintes ações:

- a) Constituição de empresas mistas e outras associações vantajosas e de interesse comum;
- b) Celebração de contratos de gestão e de assistência técnica;
- c) Recrutamento e contratação de cooperantes;
- d) Formação e aperfeiçoamento profissional de quadros;
- e) Realização de estudos e projetos;
- f) Outras ações de comum acordo.

No seguimento deste acordo foi também celebrado o acordo de cooperação no domínio da indústria entre Portugal e Angola, tendo em vista o aproveitamento das potencialidades de cada país e também a resolução dos problemas que se colocam na área da indústria. Assim, definiu-se as seguintes ações de cooperação entre os dois países:

---

a) Apoio técnico à reorganização, modernização e investimento ao setor industrial angolano;

b) Apoio técnico aos setores da qualidade industrial, propriedade industrial, estatística industrial e manutenção industrial;

c) Consultoria e assistência técnica, designadamente na elaboração de estudos técnico-económicas, tendo como objetivo a deteção de oportunidades de investimento em setores prioritários e apoio direto às metodologias a utilizar na avaliação de projetos de investimento;

d) Promoção e apoio ao desenvolvimento da cooperação entre empresas portuguesas e empresas angolanas;

e) Apoio à formação profissional e ao aperfeiçoamento de quadros técnicos angolanos, através da organização de estágios, cursos ou seminários em Portugal ou em Angola;

f) Envio, em regime de permuta, de publicações e fornecimento de documentação ou informação que interessem ao setor;

g) Intercâmbio de informações técnicas sobre reuniões nacionais e internacionais em que as partes participem.

A gestão do acordo de cooperação para a indústria é realizada por uma comissão coordenadora, tendo esta carácter permanente, que deverá se reunir uma vez por ano, em Portugal e Angola alternadamente, podendo ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que se justifique.

---

### **3.4. A Política Económica Portuguesa**

Todos os países possuem uma política económica própria, sendo que esta é constituída por um conjunto de instrumentos económicos e financeiros que têm o objetivo de influenciar o rumo da respetiva económica, sendo, normalmente, divididos em instrumentos com a finalidade de influenciar o valor da moeda em circulação, a chamada política monetária, e instrumentos que têm como finalidade influenciar a dinâmica da economia – política orçamental/fiscal (Blinder & Krueger, 2004).

Tendo em conta esta pequena introdução, vai-se caracterizar a política económica portuguesa, dividindo-a, então, em política monetária e em política orçamental.

No que concerne à política monetária, esta não está à disposição do Estado Português, ou seja, Portugal não tem uma política monetária própria. Tal acontece desde a entrada em circulação do Euro, passando a responsabilidade da política monetária, na zona Euro, para o Banco Central Europeu, ficando, por isso, a política económica portuguesa limitada aos instrumentos que constituem a política orçamental e fiscal. Assim, vai-se descrever a política monetária europeia, materializada no Eurosistema, autoridade responsável pela definição e pela implementação da política monetária da área do euro.

De acordo com o Banco Central Europeu, o principal objetivo do Eurosistema é a manutenção da estabilidade de preços na Zona Euro tendo em vista a proteção do valor internacional do Euro, ou seja, do seu poder de compra. O Banco Central Europeu afirma que assegurar preços estáveis é o contributo mais importante que qualquer política monetária pode dar para que se verifique um enquadramento económico favorável e também um grande nível de empregabilidade. A manutenção da estabilidade dos preços é também muito importante, de acordo com o Banco de Portugal, uma vez que contribui para:

- 
- A redução da incerteza quanto à evolução geral dos preços, permitindo aos cidadãos e às empresas tomarem decisões de consumo e investimento mais adequadas;
  - A redução do prémio de risco de inflação (isto é, a remuneração adicional) das taxas de juro, contribuindo para a eficiência dos mercados de capitais na afetação de recursos e aumentando os incentivos ao investimento;
  - Tornar desnecessárias atividades de cobertura de risco, evitando que os indivíduos e as empresas desperdicem recursos para se protegerem contra a inflação ou a deflação;
  - A redução dos efeitos de distorção nos sistemas fiscais e de segurança social;
  - Aumentar os benefícios de deter moeda;
  - Evitar a distribuição arbitrária da riqueza e dos rendimentos;
  - Contribuir para a estabilidade financeira.

Além deste objetivo principal, o Eurosistema tem também a responsabilidade de apoiar as políticas económicas gerais da União Europeia, agindo sempre de acordo com os princípios de uma economia de mercado aberto e de um crescimento sustentável e não inflacionista.

Além do Banco Central Europeu, o Eurosistema é constituído pelos bancos centrais nacionais da Zona Euro, onde se encontra incluído o Banco de Portugal. Assim, e de acordo com o Banco de Portugal, a política monetária do Eurosistema é:

- 
- Definida pelo Conselho do Banco Central Europeu;
  - Executada pela Comissão Executiva do Banco Central Europeu, de acordo com as orientações e decisões do Conselho do Banco Central Europeu;
  - Implementada de forma descentralizada pelos bancos centrais nacionais, incluindo o Banco de Portugal, de acordo com as instruções fornecidas pela Comissão Executiva.

O Banco Central Europeu, de acordo com o Tratado do Funcionamento da União Europeia, é uma instituição independente de modo a que realizasse as suas próprias políticas, não estando vulnerável, então, a pressões externas. No entanto, muitos afirmam que, apesar da independência do Banco Central Europeu, esta vai sempre sofrer pressões externas, sendo estas inevitáveis, e o seu objetivo principal de controlar a estabilidade dos preços, pode não ser o suficiente para evitar a ocorrência de inflação, uma vez que esta é influenciada por fatores imprevisíveis e que não são passíveis de ser controlados.

Se a política monetária de Portugal é controlada pelo Banco Central Europeu, a política orçamental/fiscal já é da responsabilidade do Estado português.

A política orçamental de um país diz respeito a um conjunto de medidas que visam o aumento ou diminuição de receitas e das despesas do Estado. As receitas são os impostos e contribuições para a reforma e segurança social. As despesas são os investimentos e as despesas correntes do Estado e os vencimentos dos funcionários públicos e as despesas correntes, bem como os subsídios e transferências sociais.

De acordo com Acocella (2005) as políticas orçamentais classificam-se em expansionistas ou contracionistas. A política orçamental expansionista, tal



---

como o próprio nome sugere, diz respeito à adoção de medidas tendo como principal objetivo a expansão económica, as quais levam, normalmente, a aumentos dos gastos por parte do governo ou à redução dos impostos, ou, ainda, a uma combinação de ambos. Em contraste, uma política orçamental contracionista adota decisões que implicam uma diminuição do gasto governamental, o aumento dos impostos ou uma combinação de ambos, tendo, normalmente, como principal objetivo o controlo do défice e da despesa pública, podendo, como consequência, levar a contração da economia.

Apesar da política orçamental expansionista possuir vantagens mais imediatas, uma sucessiva acumulação de défices orçamentais pode ter consequências negativas no que toca às finanças públicas, afetando assim a estabilidade económica. Deste modo, uma política expansionista deve ser empregue, preferencialmente, em momentos de crise económica ou quando se verifica graves distorções estruturais no sistema produtivo. Em grandes ciclos económicos recessivos, onde, geralmente, o nível de desemprego atinge valores muito altos, é costume o Estado reduzir a carga fiscal e aumentar os seus gastos, gerando assim altos índices de défice orçamental. Tais medidas pretendem a libertação e alocação de recursos para a economia, de modo a que esta seja estimulada e que responda ao ciclo de crescimento (Acocella, 2005).

No início de 2008, começa a sentir os primeiros efeitos da crise que começava a assolar o mundo, com a queda do BPN ( Banco Português de Negócios) em novembro de 2008 e do BPP ( Banco Privado Português) em 2010. Verificou-se também uma grande redução de acesso ao crédito, sendo que os bancos não conseguiam acesso ao mercado de capitais (Caldas, 2013). A situação ficou insuportável, com uma grande dívida soberana e com a escassez de crédito, Portugal foi obrigado a pedir um resgate financeiro junto de três instituições: a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, que em conjunto ficaram conhecidos como a Troika, que controlaram as políticas orçamentais dessa época. Foi então concedido um empréstimo de 78 milhões de euros, tendo o Governo se comprometido a cumprir medidas de austeridade de

---

modo a reduzir o défice orçamental. Apesar do que Acocella (2005) afirmou acerca do tipo de políticas orçamentais que devem ser aplicadas em tempos de crise, devido às exigências da Troika, as políticas orçamentais durante a crise económico-financeira foram marcadamente contracionistas, verificando-se um aumento dos impostos e uma diminuição do investimento público por parte do governo.

A austeridade levou, além do aumento de impostos e falta de investimento público, a uma redução de salários, aumentando o custo de vida, o desemprego, a precariedade, entrando-se, também, numa grave crise social onde se marcava cada vez mais as desigualdades e a exclusão social.

Após um período de estagnação devido à crise financeira, verifica-se que a economia portuguesa tem sido marcada por um panorama positivo: a retoma do crescimento, um comportamento favorável das contas públicas e uma queda significativa do desemprego, muito por conta da emigração de um grande número de trabalhadores nos tempos de crise e também do crescimento de alguns setores que necessitam de um grande número de recursos humanos, como é o caso do turismo e de todas as atividades que gravitam em torno deste. As políticas orçamentais após a troika começam a adotar medidas que ajudam na expansão do país, como a redução de alguns impostos, o descongelamento de carreiras da função pública e consequente aumento do salário o que fomentou também o consumo, entre muitas outras medidas.

### **3.5. A Política Económica Angolana**

Como já foi visto anteriormente, a política económica de um país divide-se na política monetária e na política orçamental/fiscal.

A política monetária é uma ferramenta que as autoridades monetárias de um país possuem para que consigam controlar a quantidade de moeda em circulação, o nível de taxas de juro e também a liquidez do sistema económico.

---

Na situação particular de Angola, pode-se afirmar que a política monetária sempre teve uma ligação íntima com a política orçamental/fiscal, tendo esta última como principal objetivo a redução do défice orçamental do Estado. A união destas políticas realiza-se na cobertura de défices fiscais, feita pela emissão de moeda e na redução do crédito e da moeda em circulação na economia.

Falando em particular da política monetária angolana, é o Banco Nacional de Angola, no papel de banco central e emissor, que tem como principal objetivo garantir a preservação do valor da moeda nacional (Kwanza), contribuindo assim para a criação de um ambiente favorável ao crescimento económico, visando a melhoria do bem-estar económico e a criação de emprego. É, por isso, da responsabilidade do Banco Nacional de Angola manter o equilíbrio adequado entre a quantidade de moeda em circulação e o nível de atividade económica, evitando assim situações de inflação. Assim, o Banco Nacional de Angola tem algumas ferramentas ao seu dispor de modo a garantir a gestão da política monetária do país, nomeadamente:

- Reservas Obrigatórias: taxas que os Bancos Centrais aplicam aos bancos comerciais reduzindo os depósitos que são convertidos em empréstimos. A taxa de aplicação em Angola é 10%.
- Comercialização de Divisas: relacionada com a compra e venda de moedas estrangeiras em mercados internacionais.
- Colocação de Títulos Públicos: que permite obter recursos para financiamento da dívida pública e financiar o funcionamento do governo.
- Operações de Mercado Aberto: são operações de compra e venda de títulos públicos que permitem ao Banco Central regular a oferta de moeda na economia.

A necessidade de garantir a eficácia dos instrumentos acima referidos num contexto de crescimento do peso do sector financeiro angolano na economia levou o Banco Nacional de Angola, a introduzir o Quadro Operacional para a Política Monetária, permitindo o aprofundamento dos canais de transmissão e, por essa via, impactar sobre a preservação da estabilidade dos preços na economia.

Assim, e relativamente à atuação do Banco Nacional de Angola como principal responsável pela política monetária do país, de modo a garantir a estabilidade dos preços, pode-se ter a seguinte representação esquemática (figura 3):



**Figura 3:** Modo de Atuação do Banco Nacional de Angola

---

A economia angolana encontra-se amplamente dependente do petróleo, sendo que a maior parte dos seus mercados financeiros encontram-se ainda subdesenvolvidos. Ainda em recuperação de um conflito armado longo, o desenvolvimento do país vai depender, grandemente, das medidas tomadas através da sua política orçamental/fiscal.

Apesar de, durante uns anos, a economia angolana ter crescido exponencialmente, tendo-se tornado num país de rendimento médio, existem ainda muitas restrições que limitam a eficiência dos gastos públicos, e, enquanto o sector do petróleo pode gerar receitas substanciais para os cofres públicos, a volatilidade do sector de petróleo afeta fortemente os resultados económicos e apresenta riscos significativos para a estabilidade macroeconómica e a execução da política orçamental/fiscal (Universidade Católica de Angola, 2013).

O novo executivo de Angola fez alterações significativas à política económica do país, que como já se referiu, em Angola, a política monetária e a política orçamental encontram-se intimamente ligadas., nomeadamente, a prioridade atribuída à estabilização macroeconómica e a ênfase colocada nas medidas estruturais para a realização da diversificação económica e para a diminuição da dependência do petróleo e dos seus derivados. Neste sentido, o FMI (Fundo Monetário Internacional) enunciou, para 2018, as seguintes recomendações para a política económica angolana (Banco BAI Europa, 2018):

- Implementação da consolidação orçamental prevista para 2018 (consolidação “upfront”), a fim de conter o crescimento da dívida pública;
- Promoção de uma gradual, mas sustentada, consolidação orçamental primária da componente não-petrolífera (“non-oil primary consolidation”) no médio prazo em ordem a colocar o rácio dívida

---

pública/PIB numa trajetória claramente descendente até atingir um valor não superior a 60%

- Implementação de uma estrutura orçamental de médio prazo (“medium term fiscal framework”) focada na aplicação de regras de execução da despesa e na criação de um fundo de estabilização orçamental com o objectivo de reduzir a tendência pró-cíclica da despesa pública;

- Progressão no sentido de uma taxa de câmbio que seja determinada pelo mercado (oferta e procura) – adequadamente suportada por políticas orçamental e monetária rigorosas em ordem a conter impactos indesejados da depreciação da taxa de câmbio sobre a inflação – ao mesmo tempo que são gradualmente eliminadas as restrições cambiais e as práticas de “multiple currency”;

- Reforçar a solidez do sector bancário e financeiro, através da exigência de novos (e mais elevados) valores mínimos para os capitais próprios, da recapitalização e reestruturação dos bancos pertencentes ao sector público, ao mesmo tempo que devem ser melhoradas as estruturas de gestão de crises e de resolução de bancos;

- Promoção de um modelo de crescimento e de diversificação económica dinamizado pelo sector privado, reduzindo os custos (de contexto) no sector não-petrolífero e melhorando a qualidade de governo e o clima de negócios.

A política orçamental atual de Angola tem que ter em consideração que o preço do petróleo se encontra em queda desde junho de 2014, sendo que o anterior estado de graça da economia angolana terminou, dando início a um período económico financeiro adverso, com grandes repercussões ao nível social. Para tal, o novo orçamento, no caso, para 2018, tem que adotar medidas de gestão para suavizar os impactos das consequências relacionadas com a

---

volatilidade do preço do petróleo, nas mais diversas áreas, de modo a promover a resiliência económica e financeira do país.

A diversificação económica deve ser um dos principais objetivos deste orçamento. A diversificação da economia é considerada uma das melhores estratégias para resolver os problemas criados pela dependência de recursos naturais ou de uma única indústria, referindo-se assim, a um processo de produção de uma grande gama de produtos e serviços. A diversificação da economia pode também se referir a uma grande variedade de mercados para exportações ou a diferentes fontes de rendimento (Khaulich, 2012). Apesar de ser uma parte importante do desenvolvimento económico, a diversificação económica distingue-se deste uma vez que implica uma produção diferente e também mudanças no sistema institucional pelos quais os bens e os serviços são distribuídos (Khaulich, 2012). A diversificação económica irá fazer com que a população angolana não sinta tanto as flutuações do preço do petróleo, pois existem outras indústrias e serviços que proporcionam estabilidade financeira.

### **3.6. As Relações Comerciais de Angola com Portugal – Dados Estatísticos**

Como já se explicou, e devido a inúmeras razões culturais e históricas, Angola apresenta-se como sendo um parceiro comercial muito importante, especialmente no que toca ao destino das exportações portuguesas. No entanto, dados de 2016, revelam uma tendência decrescente no que toca a quota de Angola no comércio internacional português de bens e serviços, tanto como cliente, quer como fornecedor, como se pode observar na tabela seguinte, com dados do Banco de Portugal:

**Tabela 2:** Quota de Angola no Comércio Internacional Português (fonte: Aicep

|                                                       | <b>Unidade</b> | <b>2012</b> | <b>2013</b> | <b>2014</b> | <b>2015</b> | <b>2016</b> |
|-------------------------------------------------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Angola<br/>como<br/>cliente de<br/>Portugal</b>    | % Export.      | 6,8         | 6,9         | 6,7         | 4,7         | 3,2         |
| <b>Angola<br/>como<br/>fornecedor<br/>de Portugal</b> | % Import.      | 3,0         | 4,2         | 2,6         | 1,9         | 1,3         |

Portugal Global, 2017)

No período de 2012 a 2016, as exportações portuguesas para Angola aumentaram sempre entre 2012 e 2014, passando de cerca de 3 mil milhões de euros para cerca de 3 180 milhões de euros. Este desempenho foi descontinuado em 2015 e 2016, verificando-se uma quebra significativa das vendas portuguesas para o mercado angolano.

No que concerne a importações provenientes de Angola, determinadas pelas aquisições de petróleo, revelou-se a evolução negativa presente nos últimos anos, tendo-se verificado um decréscimo médio anual de 12,3 no período compreendido entre 2012 e 2016 sendo que neste ultimo ano as importações atingiram o valor mais baixo do período (Tabela 3).

Em 2017, nos primeiros 9 meses, verificou-se um crescimento das exportações para Angola, tendo crescido 37,2%, sendo que, as importações de Angola sofreram uma forte contração de 72,1%.



**Tabela 3:** Exportações de Portugal para Angola (fonte: Aicep Portugal Global, 2017)

| <b>(106 EUR)</b>                                             | <b>2012</b> | <b>% Total<br/>2012</b> | <b>2015</b> | <b>% Total<br/>2015</b> | <b>2016</b> | <b>%<br/>Total<br/>2016</b> |
|--------------------------------------------------------------|-------------|-------------------------|-------------|-------------------------|-------------|-----------------------------|
| <b>Máquinas e<br/>aparelhos</b>                              | 739,7       | 24,8                    | 522,8       | 24,9                    | 360,5       | 24,0                        |
| <b>Agrícolas</b>                                             | 193,9       | 6,5                     | 219,5       | 10,5                    | 232,8       | 15,5                        |
| <b>Alimentares</b>                                           | 479,4       | 16,0                    | 316,4       | 15,1                    | 198,3       | 13,2                        |
| <b>Químicos</b>                                              | 206,6       | 6,9                     | 180,7       | 8,6                     | 168,3       | 11,2                        |
| <b>Metais<br/>comuns</b>                                     | 439,3       | 14,7                    | 209,4       | 10,0                    | 98,6        | 6,6                         |
| <b>Plásticos e<br/>borracha</b>                              | 144,1       | 4,8                     | 108,9       | 5,2                     | 87,6        | 5,8                         |
| <b>Pastas e<br/>papel</b>                                    | 94,6        | 3,2                     | 69,7        | 3,3                     | 60,8        | 4,0                         |
| <b>Minerais e<br/>minérios</b>                               | 109,7       | 3,7                     | 74,8        | 3,6                     | 51,2        | 3,4                         |
| <b>Instrumentos<br/>de ótica e<br/>precisão</b>              | 62,5        | 2,1                     | 60,8        | 2,9                     | 34,2        | 2,3                         |
| <b>Veículos e<br/>outros<br/>materiais de<br/>transporte</b> | 146,8       | 4,9                     | 65,4        | 3,1                     | 34,1        | 2,3                         |
| <b>Combustíveis<br/>minerais</b>                             | 34,8        | 1,2                     | 17,9        | 0,9                     | 23,6        | 1,6                         |
| <b>Calçado</b>                                               | 14,7        | 0,5                     | 23,7        | 1,1                     | 17,3        | 1,2                         |
| <b>Vestuário</b>                                             | 42,3        | 1,4                     | 34,4        | 1,6                     | 17,1        | 1,1                         |
| <b>Materiais<br/>têxteis</b>                                 | 36,3        | 1,2                     | 24,7        | 1,2                     | 15,1        | 1,0                         |

|                          |                |              |                |              |                |              |
|--------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| <b>Madeira e cortiça</b> | 28,1           | 0,9          | 19,3           | 0,9          | 12,4           | 0,8          |
| <b>Peles e couros</b>    | 6,7            | 0,2          | 7,6            | 0,4          | 5,8            | 0,4          |
| <b>Outros produtos</b>   | 209,0          | 7,0          | 143,2          | 6,8          | 84,0           | 5,6          |
| <b>TOTAL</b>             | <b>2 988,5</b> | <b>100,0</b> | <b>2 099,1</b> | <b>100,0</b> | <b>1 501,7</b> | <b>100,0</b> |

Como se pode ver pela tabela 3, as exportações portuguesas para Angola apresentam uma certa diversificação, sendo que, os cinco grupos principais de produtos que são exportados pra o mercado angolano (máquinas e aparelhos, produtos agrícolas, produtos alimentares, químicos e metais comuns) perfazem um total de 70,5 % em 2016 quando comparados com os 69,1% em 2015.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística verificou-se, nos últimos cinco anos, uma redução significativa no número de empresas portuguesas que exportam para Angola, passando de 8 821 empresas em 2012 para 5 521 em 2016.

**Tabela 4:** Importações de Portugal provenientes de Angola (fonte: Aicep Portugal Global, 2017).

| <b>(10<sup>6</sup> EUR)</b>  | <b>2012</b> | <b>% Total 2012</b> | <b>2015</b> | <b>% Total 2015</b> | <b>2016</b> | <b>% Total 2016</b> |
|------------------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| <b>Combustíveis minerais</b> | 1 7776,1    | 99,7                | 1 128,1     | 98,8                | 784,2       | 96,8                |
| <b>Máquinas e aparelhos</b>  | 1,4         | 0,1                 | 3,1         | 0,3                 | 11,1        | 1,4                 |
| <b>Agrícolas</b>             | 0,8         | 0,0                 | 6,5         | 0,6                 | 6,8         | 0,8                 |
| <b>Madeira e</b>             | 0,3         | 0,0                 | 0,8         | 0,1                 | 2,5         | 0,3                 |

---

|                                                 |                |              |                |              |              |              |
|-------------------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|--------------|--------------|
| <b>cortiça</b>                                  |                |              |                |              |              |              |
| <b>Veículos e<br/>outro mat.<br/>transporte</b> | 0,4            | 0,0          | 0,7            | 0,1          | 2,1          | 0,3          |
| <b>Minerais e<br/>minérios</b>                  | 0,2            | 0,0          | 0,2            | 0,0          | 1,4          | 0,2          |
| <b>Instrumentos<br/>de ótica e<br/>precisão</b> | 1,3            | 0,1          | 2,2            | 0,2          | 0,6          | 0,1          |
| <b>Metais<br/>comuns</b>                        | 0,1            | 0,0          | 0,1            | 0,0          | 0,3          | 0,0          |
| <b>Alimentares</b>                              | 0,1            | 0,0          | 0,2            | 0,0          | 0,2          | 0,0          |
| <b>Pastas e<br/>papel</b>                       | 0,0            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,1          | 0,0          |
| <b>Plásticos e<br/>borracha</b>                 | 0,0            | 0,0          | 0,1            | 0,0          | 0,1          | 0,0          |
| <b>Químicos</b>                                 | 0,0            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Materiais<br/>têxteis</b>                    | 0,1            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Calçado</b>                                  | 0,0            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Vestuário</b>                                | 0,0            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Peles e<br/>couros</b>                       | 0,0            | 0,0          | 0,0            | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Outros<br/>produtos</b>                      | 0,0            | 0,0          | 0,3            | 0,0          | 0,0          | 0,3          |
| <b>TOTAL</b>                                    | <b>1 780,9</b> | <b>100,0</b> | <b>1 142,3</b> | <b>100,0</b> | <b>809,8</b> | <b>100,0</b> |

Como se pode ver pela tabela 4 e relativamente às importações portuguesas provenientes de Angola, esta está praticamente concentrada no

---

grupo dos combustíveis minerais (óleos brutos de petróleo), que representou 96,8% do total de 2016, tendo o total dessa categoria de produtos diminuído 30,5% face ao ano anterior.

### **3.7. Relações Diplomáticas Atuais Portugal - Angola**

Devido ao passado conjunto de Portugal e Angola, unidos por laços culturais e históricos e partilhando a mesma língua, sendo um dos principais fatores de integração entre os dois países, as relações entre os dois países sempre foram positivas e salutaras, sendo que Portugal considera Angola como um importante parceiro comercial e vice-versa.

Com o crescimento da economia de Angola e com a crise financeira em Portugal, verificou-se um êxodo de portugueses para este país africano, sendo estes últimos uma importante fonte de investimento privado. Na realidade, o investimento privado em Angola representa hoje em dia, um papel importantíssimo no desenvolvimento da economia angolana, tendo por isso, o Governo angolano, desenvolvido um regime legal de incentivos atrativo para os potenciais investidores, sendo que os portugueses aparecem no topo das nacionalidades de investidores. Estes incentivos verificam-se ao nível da oferta de garantias credíveis de segurança e estabilidade jurídicas para os seus investimentos, como também, e sobretudo, estabelecendo regras e procedimentos claros, simples e céleres para os respetivos processos de aprovação.

Devido às boas relações diplomáticas entre Angola e Portugal o investimento e a troca de recursos humanos sempre foi promovida entre os dois países, sendo que Portugal é também um local de investimento da emergente sociedade empresarial Angolana, sendo um dos principais parceiros económicos do país.

---

No entanto, estas boas relações diplomáticas sofreram um duro golpe, uma vez que, no âmbito da Operação Fizz, o Ministério Público Português acusou o vice-presidente do governo de José Eduardo dos Santos, Manuel Vicente, de corrupção ativa e de branqueamento de capitais. O processo tem por base acusações a Manuel Vicente de ter corrompido o procurador Orlando Figueira com o pagamento de 760 mil euros para que arquivasse dois inquéritos, um deles o caso Portmill, relacionado com a aquisição de um imóvel de luxo no Estoril. As procuradoras responsáveis pela investigação enviaram uma carta rogatória para Angola para que Manuel Vicente fosse constituído arguido e interrogado. Mas a Procuradoria-Geral de Angola recusou-se a cumprir tal carta rogatória, já que se tratava do vice-Presidente de Angola. O inquérito contra Manuel Vicente poderá ser concluído, com uma acusação ou um arquivamento, sem que Manuel Vicente alguma vez seja ouvido. Se o vice-presidente de Angola vier a ser alvo de uma acusação criminal, poderá ser julgado à revelia e, eventualmente, condenado na Justiça. A lei portuguesa, tal como a de todos os Estados democráticos, permite a acusação, julgamento e condenação sem que um dos réus esteja presente em território nacional.

João Lourenço, atual presidente angolano ligado ao MPLA, mas que tem cortado com os poderes instituídos do tempo de José Eduardo dos Santos, numa das suas intervenções, afirmou que a relação entre Portugal e Angola vai depender muito do desfecho da Operação Fizz. Para o presidente angolano, a atitude da justiça portuguesa foi uma ofensa para Angola, uma vez que Portugal não satisfaz o pedido do governo angolano em julgar o (agora) ex-vice-presidente em Luanda, alegando que não confia na justiça angolana.

Os esforços diplomático estenderam-se, então, para a resolução deste conflito entre Lisboa e Luanda, considerado pelas mais altas entidades políticas, especialmente, pelas portuguesas, como um pequeno obstáculo à boa relação entre os países. No entanto, o Tribunal da Relação em Lisboa, acabou por dar razão ao recurso interposto pela defesa de Manuel Vicente, que determinou que o

---

processo contra o ex-vice-presidente angolano prossiga em Angola. A partir deste momento verificou-se o reitar de relações fraternas e de amizade entre os dois países.

Há que referir que, hoje em dia, os papéis inverteram-se novamente. Se no início da década, Angola estava em plena época de crescimento económico e prosperidade enquanto que Portugal atravessava a crise financeira mais grave dos últimos tempos, hoje em dia é Portugal que se encontra em franca recuperação, muito por causa do investimento no turismo, e Angola encontra-se numa situação de crise económica financeira devido à queda dos preços do petróleo. No entanto, a relação, mantém-se a de cooperação entre os dois países, continuando Angola a ser um importante mercado para Portugal e vice-versa.

---

## CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização é a norma do mundo contemporâneo. Poucos são os Estados que não mantêm relações de cooperação com outros, de forma a fomentar o seu desenvolvimento económico e social. Devido a um passado histórico e cultural comum, Portugal e Angola sempre tiveram uma relação estreita, sendo várias as ações de cooperação comercial entre os dois países.

Após a guerra civil de Angola, o país necessitava com urgência máxima de ajuda em vários quadrantes da sociedade e das atividades económicas, como o ensino, agricultura, indústria, comércio, saúde, administração pública, entre outros. Portugal apareceu aqui como um parceiro incontornável, uma vez que reunia condições e meios para colaborar com Angola a curto prazo, mas também a longo prazo.

Com o crescimento económico angolano e a crise financeira, portuguesa, os papéis inverteram-se e Angola passou a ser vista como o “eldorado” de muitos portugueses que pretendiam fugir a uma grave crise e investir num país com uma economia cada vez mais emergente devido à riqueza do petróleo. As trocas comerciais entre Portugal e Angola nunca foram melhores, sendo que Angola representava mesmo um dos principais mercados de Portugal no que toca a exportações.

Com a descida abrupta dos preços do petróleo em 2014 instalou-se uma crise financeira e social em Angola, sendo que o país se encontra a desenvolver medidas para potenciar a diversificação económica e assim diminuir a dependência do petróleo. Portugal tem um papel essencial nesta diversificação, sendo um dos principais investidores privados no país, na área da produção de bens e serviços.

Apesar de alguns obstáculos diplomáticos, nomeadamente o caso da acusação ao ex-vice-presidente angolano Manuel Vicente, as relações entre

---

Portugal e Angola continuam a ser boas e recomendáveis, especialmente no que toca ao campo da diplomacia económica e comercial, continuando o investimento nos mercados de ambos os países. Na realidade a diplomacia económica entre estes dois países assume um papel de grande relevância, como sendo um componente essencial da política externa e do apoio a internacionalização das suas economias e das suas empresas. De facto, as oportunidades para as empresas portuguesas em Angola encontram-se, praticamente, em todos os setores, quer seja em investimento direto, quer ao nível das exportações.

Os negócios entre os dois países são essenciais para ambos, sendo que para a economia portuguesa é uma forma de financiamento e de capitalização, enquanto que para a angolana, Portugal representa uma praça financeira acessível, integrada num mercado mais amplo.



---

## BIBLIOGRAFIA

Acoccela, N. (2005). *Economic Policy in the Age of Globalisation*. Cambridge University Press.

Aicep Portugal Global. (2017). *Angola Ficha de Mercado*. [em linha]. Disponível em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=c394b4f8-db0b-4d6a-b38c-95ed9a940b5d>. Consultado a 9 de setembro 2018.

Almeida, T. (2015). *Diplomacia Económica e Internacionalização da Economia Portuguesa*. Dissertação de Mestrado, ISCTE Business School – Instituto Universitário de Lisboa.

Banco BAI Europa. (2018). *Boletim Económico Angola*. [em linha]. Disponível em: <https://www.bancobaieuropa.pt/sites/default/files/2018-07/BAIE-Boletim-Economico-Angola-2T-2018.pdf>. Consultado a 8 de setembro 2018.

Barreto, L. (1997). O Sentido da Expansão Portuguesa no Mundo (Séculos XV – XVII). *Administração*, 36 (X), 367-381.

Blinder, A. & Krueger, A. (2004). *What Does the Public Know about Economic Policy, and How Does It Know It?* [em linha]. Disponível em: <https://www.princeton.edu/ceps/workingpapers/99blinderkrueger.pdf>. Consultado a 8 de setembro 2018.

Cademartor, L. & Santos, P. (2016). A interdependência complexa e a questão dos Direitos Humanos no contexto das relações internacionais. *Revista Brasileira de Direito*, 12 (2), 71-81.

---

Caldas, J. C. (2013). *O Impacto das Medidas Anti-crise e a Situação Social e de Emprego Portugal*. Comité Económico e Social Europeu.

Chimanda, P. (2010). *Do Monopartidarismo à Transição Democrática em Angola*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Conde, J. (2009). *Cooperação internacional: A cooperação sino-angolana e as repercussões Económicas e sociais geradas na zona envolvente do caminho-de-ferro de Benguela*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, Portugal.

Creswell, J. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Bookman.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *The discipline and practice of qualitative research*. London: Sage Publications.

Fidalgo, L. (2003). *(Re)Construir a Maternidade Numa Perspectiva Discursiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

Fortin, M. (2000). *O Processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.

Fernandes, J. (2004). *Teorias das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista*. Coimbra: Almedina.

Guirado, M. (2005). Relatos do descobrimento do Brasil — as primeiras reportagens. *Revista Brasileira de História*, 25(50), 335-336.

Halliday, F. (2007). *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

---

Iucu, O. (2010). Diplomacy and diplomatic functions. *Leadership, Mentoring, Coaching and Motivation*, 11, 129 – 134.

Jackson, R. & Sorensen, G. (2012). *Introdução às relações internacionais – Teorias e Abordagens*. Rio de Janeiro: Zahar.

Khaulich, Florian (2012), *Diversification vs. Specialization as Alternative Strategies for Economic Development: Can we settle a debate by looking at the empirical evidence?* Vienna, United Nations – Industrial Development Organization.

Keohane, R. & Nye, J. (1977). *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little, Brown & Co.

Manccini, G. (2013). *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: Mecanismos, História e Eficácia*. [em linha].

Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-para-o-desenvolvimento-mecanismos-historia-e-eficacia>.

Consultado a 27 junho 2018.

Maxwell, S. (2005). *The Washington Consensus is dead: Long live the metanarrative!* Londres: Reino Unido.

Meijer, G. & Birmingham, D. (2004). Angola from past to present. *Accord*, 15, 10-15.

Melissen, J. (2005). *New Public Diplomacy: Soft Power in International Relations*. New York: Palgrave/MacMillan.

Mesquita, A. (2005). *A Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento*. Documentos de Trabalho, nº 67, CEsA, Lisboa.

---

Milani, C. & Loureiro, J. (2016). Cooperação internacional e desenvolvimento: análise da atuação de agências internacionais em Duque de Caxias (Rio de Janeiro). *Cad. EBAPE.BR*, 11 (2), 252-255.

Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

Nye, J. (2009). *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Editora Gente.

Ponte, H. (2006). *Introdução ao Estudo da História Angolana*. [em linha]. Disponível em: <http://introestudohistangola.blogspot.com/>. Consultado a 3 de julho 2018.

Pereira, R. (2011). A Nova Realidade da Presença Chinesa em Angola e as suas Implicações para Portugal: O Setor da Construção Civil e Obras Públicas como Estudo de Caso. *Nação e Defesa*, 5(128), 183-214.

Rana, W. (2015). Theory of Complex Interdependence: A Comparative Analysis of Realist and Neoliberal Thoughts. *International Journal of Business and Social Science*, 6 (2), 290-297.

Rosinha, M. (2009). *A China em África: parceria igual ou desigual (os casos de Angola e Moçambique)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal.

Sánchez. E. (2002). *Cooperación y Desarrollo: Nueve Preguntas sobre el Tema*. Burgos: Amycos.

Saner, R. & Yiu, L. (2003). International Economic Diplomacy: Mutations in Post-Modern Times. *Netherlands Institute of International Relations Clingendael, Discussion Papers in Diplomacy*, 84, 1-31.

---

Saraiva, J. (2008). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

Sato, E. (2010). Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*, 4(1), 46-57.

Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social: algumas estratégias para a integração. *Ciências da Saúde Colectiva*, 5(1), 187-192.

Silva, J. (2002). *Estados e Empresas na Economia Mundial*. Lisboa: Vulgata.

Silva, J. (2002). *Portugal/Brasil, Uma Década de Expansão das Relações Económicas, 1992-2002*. Lisboa: Terramar.

Singer, P. (2009). *The life you can save: acting now to end world poverty*. New York: Random House.

Smith, G. (1999). *Reinventing Diplomacy: A Virtual Necessity. Paper Presented at the International Studies Association Conference, Virtual Diplomacy: A Revolution in Diplomatic Affairs*. [em linha].

Disponível-em:

<http://www.libertyparkusafd.org/Hale/Special%20Reports%5CVirtual%20Diplomacy%5CReinventing%20Diplomacy.htm>. Consultado a 22 abril 2018.

Sousa, F. & Costa, F. (2016). A política nas políticas de cooperação portuguesa (1974-2014). *Lusíada. Política Internacional e Segurança*, 10, 141-176.

---

Tavares, J., Aguiar, F., Jorge, M., Gaspar, H. (1998). *Informação de Apoio à Internacionalização das Empresas Portuguesas*. Lisboa: Direção Geral das Relações Económicas Internacionais (DGREI).

Universidade Católica de Angola. (2013). *Relatório Económico de Angola*. Luanda: Centros de Estudos e de Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Valério, N. & Fountora, M. (1994). A Evolução Económica de Angola durante o segundo Período Colonial – Uma tentativa de Síntese. *Análise Social*, XXIX (129), 1193-1208.

White, B. (1999). Diplomacy. In J. Baylis & Steve Smith (Eds.), *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations (chapter 15)*. Oxford: Oxford University Press.

Zau, F. (2001). *Angola – Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.